

## Introdução

“Um dos principais papéis importantes a desempenhar pela Biblioteca Municipal consiste em constituir-se em foco de desenvolvimento cultural e artístico da comunidade e em colaborar na definição e sustentação da sua Identidade cultural.”

(IFLA/UNESCO)

A Sociologia tem sempre alguma coisa a dizer sobre as características gerais dos consumos culturais nas sociedades contemporâneas, isto é, sobre a forma como os diferentes grupos se relacionam com os bens e oportunidades disponíveis, no que em cada momento se define como oferta cultural.

As Bibliotecas Públicas, ao encarnarem-se na comunidade como lugares de cultura e de educação, cumprem objectivos, como oferecer a todos os cidadãos oportunidades e possibilidades de comunicar, de inter-relacionar-se e servir de instrumento para desenvolvimento da comunidade, fomentar a participação do cidadão e participar na sua formação permanente.

Segundo Sacristán (2003:135), no geral não é possível conceber-se a relação entre indivíduos sem a cultura, exceptuando algumas situações bastantes específicas de comunicação. O ser humano é simultaneamente um ser cultural e social, em tudo que faz, pensa e quer.

Tendo em conta o exposto, este estudo centra-se na problemática: as Práticas Culturais dos Imigrantes na Biblioteca Municipal de Valongo (BMV), sendo orientado pelas seguintes questões: Porque é que os Imigrantes procuram a BMV? Quais as Práticas Culturais dos imigrantes na BMV? Estará a BMV adaptada e preparada para esta nova realidade social? Com o principal objectivo de analisar as Práticas Culturais dos Imigrantes na BMV.

Como afirma Lozano Díaz (2006), as bibliotecas terão que conhecer e analisar quem são os seus utilizadores do sistema, quais as suas necessidades informativas, hábitos e atitudes e as lacunas existentes para adaptar uma nova oferta de serviços.

O método de investigação deste estudo, determinado pelo tipo de questões de partida, incidiu na observação participante e na observação não participante, através da leitura, interpretação, análise, comparação e integração

de documentos. A amostra em análise incidiu nos 130 Imigrantes inscritos na Biblioteca Municipal de Valongo, uma amostra não estritamente representativa. Estudar a caracterização dos imigrantes. Recorrendo-se ao método quantitativo, o inquérito por questionário foi o instrumento da recolha de dados, pelo seu carácter preciso e formal, na sua construção e na sua aplicação prática.

Este trabalho apresenta-se dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, no enquadramento teórico, apresenta-se as noções base dos conceitos, Biblioteca Pública, Cultura, Diversidade, e o fenómeno da Migração.

A Biblioteca Pública, como afirma Gill (2003:22), é uma organização fundada, sustentada e financiada pela comunidade, que proporciona o acesso ao conhecimento, à informação e a obras criativas através de um leque variado de recursos e serviços e encontra-se à disposição de todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e qualificações académicas.

É óbvio que há culturas diferentes e também opções, visões e discursos diferentes no seio de cada uma delas, e a diversidade deve ser reconhecida em e entre culturas. A Imigração representa sempre um processo de diversificação cultural que, em muitos casos, se constitui como um desafio em termos de adaptação, quer por parte da sociedade de acolhimento, quer por parte dos imigrantes.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia de investigação adotada neste estudo. Pois a metodologia é um conjunto de procedimentos e regras para produzir conhecimentos, é algo mais do que uma técnica ou um conjunto delas. É o estudo analítico e crítico dos métodos de investigação e de comprovação.

No terceiro capítulo, apresenta-se a análise e discussão dos resultados, com uma breve caracterização do concelho de Valongo, da BMV, da caracterização dos imigrantes inscritos, análise dos resultados apurados a partir dos inquéritos, sobre a caracterização do perfil sócio demográfico da amostra, dos 68 imigrantes inquiridos, seguido da análise descritiva das práticas culturais.

No final apresenta-se as considerações finais e implicações do estudo realizado.

# Capítulo I – Enquadramento Teórico

## 1.1. A Biblioteca Pública

“Não importa, pois, se na biblioteca se lê, se ouve ou se vê. O que importa mesmo é que isso aconteça e que aconteça num espaço concebido para esse fim.”

(Cabral, 1996)

### Evolução das Bibliotecas Públicas em Portugal

Na definição tradicional, biblioteca é um espaço físico em que se guardam livros, de maneira mais abrangente, é todo espaço concreto, virtual ou híbrido, destinado a uma colecção de informação, quer sejam escritas em folhas de papel (monografias, enciclopédias, dicionários, manuais, revistas, jornais), ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como DVD's, CD's, VHS, fitas, etc. São depósitos de informação.

Segundo Maria Luísa Cabral (1996), até ao início da década de 70, os leitores defrontavam-se invariavelmente com bibliotecas de «acesso restrito», “que após uma passagem por catálogos, mais ou menos ardilosos, havia que enfrentar funcionários que conheciam de cor e salteado as bibliografias recomendadas.

Hoje o principal objectivo da Biblioteca Pública é fazer com que o livro saia da estante, viaje até casa do leitor, até à escola, ou outra instituição.

“ O Objectivo da Biblioteca Pública é promover o livro e a leitura, permitir o acesso à informação, proporcionar a descoberta e o desafio, através das actividades culturais... com a finalidade de contribuir para a melhora da qualidade de vida e para a democratização da sociedade, a biblioteca possibilita a livre circulação de informação e de ideias, a criação de iguais oportunidades para todos.”

(IFLA/UNESCO, 2001)

Apesar das Bibliotecas Públicas constituírem uma importante e democrática forma de difusão de informação, cultura e educação, é recente a política de expansão das Bibliotecas Públicas em Portugal.

A história das Bibliotecas Públicas em Portugal começa, baseando-se nas ideias iluministas, com o Marquês de Pombal (1750 - 1777) e as suas reformas educativas.

No seguimento desse facto, durante o reinado de D. Maria I, surgiu a primeira Biblioteca Pública, a Real Biblioteca Pública da Corte, criada por Alvará Régio de 29 de Fevereiro de 1796, com um fundo constituído por obras pertencentes à Real Mesa Censória. O referido diploma conferiu-lhe a natureza de Biblioteca Pública, tendo mesmo sido instalada no Torreão Ocidental da Praça do Comércio, Terreiro do Paço. A rainha D. Maria I queria que na sua corte e cidade se estabelecesse o que ela chamava de livraria. O seu objectivo era:

“Promover eficazmente a literatura portuguesa e para maior aproveitamento dos Vassallos que se dedicavam à louvável cultura das Ciências e das Artes, nela se recolhendo os livros mais preciosos pela sua raridade e estimação, os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências.”

(Nunes, 1998:6)

No século XVIII os espaços de leitura eram muito restritos e poucas pessoas conseguiam ter acesso aos mesmos. Contudo, foi nesta altura, que se deu o passo para o desenvolvimento do que hoje entendemos por Bibliotecas Públicas, sendo que em 1815, houve a criação de uma outra Biblioteca em Évora, e em 1822, temos três Bibliotecas Públicas em Portugal, a Real Biblioteca Pública da Corte, que em 1836, é transformada em Biblioteca Nacional, que possuía entre 80 000 e 85 000 volumes, o fundo da entretanto extinta Academia Real da História Portuguesa, doações particulares e, mais tarde, por incorporações resultantes da extinção das ordens religiosas, a Biblioteca da Universidade de Coimbra, com cerca de 38 000 volumes, e a Biblioteca de Évora possuindo cerca de 20 000 volumes.

Para além destas tínhamos a Real Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca da Academia de Ciências e as livrarias dos conventos, sendo que também existiam algumas bibliotecas particulares.

Na segunda metade do século XIX, caracterizada pelos ideais liberais, nomeadamente uma maior abertura de espírito, nasce uma preocupação crescente com a leitura pública. E, em 1883, criada pelo rei D. Pedro IV, surge a Biblioteca Pública do Porto, instalada no antigo convento de Santo António da cidade.

Esta Biblioteca é constituída por espólios particulares e colecções oriundas de mosteiros desactivados. E é só a partir da supressão das ordens religiosas no Continente, pelo Decreto de 28 de maio de 1834, que foram criadas as condições para o nascimento de novas Bibliotecas Públicas, passando as Bibliotecas dos mosteiros aproveitadas para aí instalarem e organizarem as Bibliotecas Públicas.

Ainda em 1834 houve a intenção de criar Bibliotecas Públicas em todos os Distritos, falando-se para esse efeito com os Governadores Civis, de modo a que estes indicassem qual o melhor edifício para albergar a Biblioteca. No entanto, este objectivo não foi atingido, até porque nem sempre as autoridades locais eram a favor deste desenvolvimento cultural, pois achavam que o mesmo acarretava um aumento de despesas, eventualmente, desnecessário.

Um caso flagrante onde este facto decorreu foi em Braga, onde os vereadores eram contra a criação da Biblioteca Pública de Braga, mostrando desinteresse e levantando obstáculos, enquanto os habitantes eram a favor. Que devido a esta divergência a Biblioteca esteve praticamente inactiva desde 1841 a 1857, abrindo a porta neste ano devido à persistência do seu primeiro bibliotecário, Manuel Rodrigues da Silva Abreu.

Em 1870, D. António da Costa, apesar de ter sido Ministro da Instrução Pública durante somente 69 dias, era um acérrimo defensor dos progressos da instrução e instituiu a criação das Bibliotecas Populares em todas as sedes de concelho, o que fez com que Setúbal (1873), Santarém (1880), Elvas (1880), Guimarães (1883), e Coimbra (1892) ficassem com este tipo de Bibliotecas.

“Que que foram criadas para o público de classe mais baixa e resultam da necessidade de proporcionar às classes populares o acesso à cultura impressa, sobretudo ao livro didáctico e formativo. Sendo a biblioteca popular uma biblioteca pública, e por isso aberta a todos, ela era no entanto sobretudo

destinada às classes mais humildes, pelo que detinha uma importante função moralizadora.” (Rebelo, 2002:94)

A primeira Biblioteca Popular foi inaugurada em 31 de outubro de 1863, dia do aniversário do rei D. Luís I, e situava-se na Escola Normal de Marvila, em Lisboa.

Estas Bibliotecas disponibilizavam leitura presencial e empréstimo domiciliário, sendo que este último, um aspecto muito importante a destacar, uma vez que desta forma as pessoas podiam ler em casa.

José Maria de Abreu, D. José de Lacerda, Jaime Moniz, Mariano Ghira e Silva Túlio trabalharam nas Normas das Bibliotecas Populares (Direção Geral de Arquivos) e em 20 de Janeiro de 1871 era aprovado o regulamento das mesmas através de Portaria da mesma data. Assim: “de acordo com essas disposições, competia às entidades fundadoras ou que mantinham as bibliotecas, a respectiva administração e fiscalização, embora o Governo reservasse para si o direito de inspeccionar esses locais e mandar retirar as obras que pudessem contrariar o intuito da criação das bibliotecas populares.” (Rebelo, 2002:114)

No entanto tal lei não se revela fácil de pôr em prática e raros são os municípios que criam as suas bibliotecas.

Em 1887, é criada a Inspeção-geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, o curso de bibliotecário e regulado pela primeira vez o Depósito Legal.

Em 1892 Portugal tinha doze Bibliotecas Públicas com funcionamento diurno e leitura presencial, entre elas, a Biblioteca Nacional, Biblioteca de Lisboa, Biblioteca do Porto e Biblioteca de Santarém.

Poderá dizer-se que o século XIX ao ter conseguido libertar o saber e o conhecimento das classes dominantes foi considerado como o século da aprendizagem, da escola, pois as Bibliotecas passaram a ser consideradas um complemento da instrução primária.

Com a República pretendeu-se tornar os livros úteis, as Bibliotecas deviam ser “Palácios de Leitura que serviam para ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura, colocando o cidadão ao corrente dos negócios públicos.” (Nunes, 1998:28)

No entanto, com as perturbações políticas próprias da instauração de um novo regime e com a falta de sensibilidade de organismos e respectivos responsáveis, e claro também devido à falta de recursos financeiros, em 1919, das 68 Bibliotecas Públicas existentes, cerca de metade possuía somente 2000

volumes, e em 1926, das bibliotecas móveis criadas seis anos antes, já só restavam 19.

Em 1958 existiam 84 Bibliotecas Públicas, sendo que a maioria funcionava em pequenas salas dos edifícios das respectivas Câmaras Municipais, tendo um espólio reduzido e frequência diminuta.

Perante este quadro desanimador, surgiu, em 1958, uma rede de Bibliotecas Itinerantes, cuja responsabilidade pertencia à Fundação Calouste Gulbenkian. Que em 1972 detinha uma rede constituída por 60 Bibliotecas Itinerantes e 166 Bibliotecas Fixas, o que representa efectivamente uma nova dinâmica e «alma nova» conferida às Bibliotecas Públicas.

Com o 25 de Abril de 1974 e a instalação de um regime democrático, as Bibliotecas continuavam em segundo plano, uma vez que não eram uma prioridade governamental. Contudo, em 1980, foi criado o Instituto Português do Livro (IPL), no âmbito da reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura.

“O IPL é o organismo destinado ao fomento e coordenação da leitura pública em Portugal, e a acção por ele desenvolvida nesta área decorre sobretudo do reconhecimento, por parte dos responsáveis que o têm integrado, da importância da leitura pública na divulgação do livro.”

(Nunes, 1998: 52)

Até ao final dos anos oitenta, em Portugal o panorama era desolador, segundo o Relatório de Leitura Pública - rede de Bibliotecas Municipais, secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1986 – com apenas 97 dos 275 municípios do continente a possuírem bibliotecas, na generalidade instaladas em edifícios antigos, com espaços não adaptados à função, sem empréstimo domiciliário, com fundos bibliográficos reduzidos e desactualizados e com funcionários em número diminuto e sem formação adequada.

Em 1987, na sequência do relatório realizado no ano anterior por um grupo de trabalho coordenado por Maria José Moura, do Ministério da Cultura, foi lançado um ambicioso programa de criação de uma rede nacional de bibliotecas públicas municipais, em grande parte inspirado na experiência francesa, visando a cobertura integral do país, a levar a cabo através de uma parceria entre a administração central, representada pelo então Instituto

Português do Livro e da Leitura, hoje Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), e administração local, representada por cada uma das câmaras municipais que se dispusesse a aderir ao programa.

No referido Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais da DGLB, são estabelecidos os princípios gerais a observar na criação de bibliotecas públicas enquanto locais privilegiados de acesso ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Posteriormente, em 1992, o Instituto Português do Livro e da Leitura fundiu-se com a Biblioteca Nacional, indo ao encontro de uma política vertical em cada um dos sectores da cultura. E foi criado o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Ao fim de vinte e seis anos passados sobre o início deste programa, os resultados práticos falam por si: 261 os municípios do Continente e Ilhas integram na Rede Nacional de Bibliotecas Pública, estando 194 Bibliotecas inauguradas. É um Projecto de que o país se pode orgulhar, constitui um êxito das políticas nacionais de promoção cultural.

### **Missão e Finalidade da Biblioteca Pública**

O Decreto de 2 de agosto de 1870, dizia que era necessário Bibliotecas para todos e para cada um... por assim dizer, levem o livro ao leitor. A base que se pretende para uma Biblioteca Pública.

“Se a Biblioteca é, como pretende Borges, um modelo do Universo, tentemos transformá-la num universo à medida do Homem... isto é, uma Biblioteca onde nos apeteça ir, e que se vá transformando gradualmente numa grande máquina de tempos livre, como é MuseumofModernArt, onde se vai ao cinema, se passeia no jardim, se vêem as esculturas e se toma uma refeição completa.”

(Umberto Eco, 2002:44-45)

Cerca de um século mais tarde, em 1994, a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), em colaboração com a IFLA –International Federation of Librarian Associations – desenvolveu as missões



principais das Bibliotecas Públicas estão relacionadas com a informação, a literacia, a educação e a cultura e deverão ser a essência dos serviços dessas mesmas bibliotecas.

“Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas, facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas, fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural, deverão ser algumas das missões-chave, dos serviços da Biblioteca Pública.”

(Gill, 2003)

Ao desempenhar o seu papel nestas áreas-chave, a Biblioteca Pública funciona como motor de desenvolvimento social e pessoal, podendo simultaneamente ser um agente positivo de mudança na comunidade.

Os objectivos de base da biblioteca pública consistem em providenciar recursos e serviços através de meios variados para dar respostas às necessidades de indivíduos e grupos nas áreas da educação, informação e desenvolvimento pessoal, incluindo a recreação e o lazer. E têm uma responsabilidade especial no apoio ao processo de aprendizagem da leitura e na promoção do livro e de outros materiais para toda a comunidade.

Através da disponibilização de um vasto leque de materiais e actividades, as bibliotecas públicas devem, apoiar activamente as campanhas da alfabetização, visto que a literacia é a chave para a educação e o conhecimento e para a utilização das bibliotecas e dos serviços de informação.

Uma das finalidades consiste na formação de potenciais leitores, com competências para a aprendizagem ao longo da vida, baseadas na informação e no conhecimento, minimizando, assim, carências culturais e económicas.

É sabido que ler nos ajuda a pensar melhor, a fazer as escolhas mais acertadas, a ser cidadãos mais livres, mais responsáveis e participativos na construção de uma sociedade mais bem construída e mais justa.

## Leitura

“ Um dos instrumentos fundamentais pela democracia é a leitura, vista como uma habilidade humana que permite o acesso do povo aos bens culturais já produzidos e registados pela escrita e, portanto, como um meio de conhecimento e escrita dos fatos históricos, científicos, etc.”

(Ezequiel, 1986:85)

A leitura, antes do século XIX, antes da revolução industrial, era só para uma minoria. Hoje, é reconhecido a todos o direito de saber ler, escrever e contar. No fundo o “prazer de ler” é um bem pessoal, social, cultural e artístico.

Nesse tempo já clássico, a leitura era o grão de sésamo, o pão para o espírito e o remédio contra a ignorância dos povos, o tesouro escondido da educação social.

Depois, a literatura despragmatizou-se com a chegada do modernismo que foi, em grande parte um fetichismo das palavras, uma aventura do significante. À conversação, que criava a presença dum interlocutor, sucedeu a leitura como solidão. Ler é essencial, através da leitura, testamos os nossos próprios valores e experiências com as dos outros. No final de cada livro ficamos enriquecidos com novas experiências, novas ideias, novas pessoas. Eventualmente, ficaremos a conhecer melhor o mundo e um pouco melhor de nós próprios.

A leitura, na nossa sociedade, é uma condição para dar voz ao cidadão, mas é preciso prepará-lo para se tornar sujeito no acto de ler, como afirma Paulo Freire (2001:85), “o livro deve levar a uma leitura e interpretação da vida que ajude o indivíduo na transformação de si mesmo e do mundo. É um lazer produtivo, pois não se reduz apenas a um passatempo, uma vez que tem uma função social, cultural e educativa.”

O conhecimento das competências reais de leitura, escrita e cálculo da população tem vindo a constituir-se como uma das preocupações, não só de um número cada vez maior de países como também de organizações internacionais como a UNESCO, a OCDE e a EU.

Como afirma Ana Benavente (1996), “começou-se a falar de um novo tipo de analfabetismo que, “apesar do aumento das taxas e dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura, da escrita e do

cálculo, vindo por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. E que este “ novo analfabetismo”, dito funcional, teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida.”

Segundo os números do INE, a taxa de analfabetismo em 1991 era de 11% no nosso país, tendo descido dois pontos e fixando-se nos 9% em 2001. O envelhecimento da população explica a lenta descida dessa autêntica praga que é o analfabetismo em Portugal.

Tanto ou mais grave que o analfabetismo real é o analfabetismo funcional, a iliteracia. A OCDE coloca-nos na cauda de 41 países no que toca à leitura e compreensão de textos e somos os penúltimos no ranking da iliteracia na Europa comunitária.

A expressão Literacia (*Do latim littĕram, «letra»+acia*)designa “a destreza com uma determinada língua, sobretudo no que diz respeito à leitura, escrita e oralidade as quais desempenham um papel preponderante na comunicação e na compreensão de ideias.” Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversas matérias escritas, de *uso* corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal).

A leitura é um pilar determinante do desenvolvimento pessoal. O raciocínio lógico, a compreensão do mundo e de si próprio, assentam num bom domínio da leitura. Por isso se considera essencial que todos adquiram o hábito de ler. Mas na verdade só adquire esse hábito quem lhe sente o gosto. E para que o gosto desperte, é indispensável o contacto precoce e contínuo com livros.

Com as actividades de extensão cultural, ligadas ao texto literário, ao livro, actividades ligadas ao jornal, á pintura, á musica, ao teatro, ao cinema, a biblioteca consegue cultivar na comunidade o gosto pela cultura.

Entre as actividades que visam aproximar as bibliotecas das populações podem distinguir-se duas grandes linhas de força patentes nas expressões animação da biblioteca e promoção da leitura. Podem ser, e frequentemente são, utilizados como sinónimos, mas podem também designar actividades com finalidades diversas.

“ As actividades de extensão cultural tanto são definidas como um meio para trazer á biblioteca os que não recorrem a ela espontaneamente; como um método para tirar o grande público de uma certa rotina e passividade ... ou ainda como uma oportunidade para desenvolver o espírito crítico e o poder criativo da comunidade.” (Gascuel, 1994)

A promoção da leitura terá dois públicos-alvo distintos, a que correspondem duas tipologias diferenciadas de projectos e dois objectivos, também eles distintos: formar (público-alvo privilegiado situa-se entre os 0 e os 15 anos de idade) e resgatar leitores (público-alvo privilegiado é adulto).

A animação da biblioteca designa as acções de divulgação/informação (exposições, visitas de escritores, feiras do livro, etc.), acções lúdicas/festivas (teatro de fantoches, dramatização de textos, actividades plásticas, etc.), em que a leitura é secundária ou está mesmo ausente.

Assim, considera-se promoção da leitura o conjunto de actividades culturais levadas a cabo com a finalidade de elevar os níveis de literacia e de fomentar as práticas de leitura de lazer, designadamente de livros e animação da leitura o conjunto de actividades ou acções que visam aproximar a população da biblioteca e promover a sua frequência.

### **As Novas Tecnologias**

O fenómeno das Novas Tecnologias constitui um interessante paradigma da comunicação contemporânea que interessa analisar e assimilar.

Para Castells (2004), a era digital tem transformado as formas pelas quais nós comunicamos uns com os outros. A combinação da tecnologia e do poder da informação traz novas formas de “como”, “com quem” e “porque” comunicamos. Estamos conectados com as pessoas mais do que nunca. A Internet foi o primeiro meio de comunicação que permitiu a comunicação de muitos indivíduos para muitos outros simultaneamente e à escala global.

Estas instituições estão a perceber como é que a sua relação com os utilizadores e a informação que estes comportam afetam os serviços da biblioteca, decorrente da utilização e da adoção das novas tecnologias.

“A Web abre novas possibilidades de comunicação e de informação, nas actividades das bibliotecas e na prestação de serviços ao utilizador. A filosofia proposta para a biblioteca social permite que os serviços que ela oferece sejam dinâmicos e interactivos.”

(Habib, 2006)

No domínio das plataformas de redes sociais, verifica-se que a participação é uma actividade muito popular, sendo que quase 60% dos utilizadores ativos da Internet criaram um perfil numa rede social.

Visitar as plataformas sociais e actualizar os seus perfis/páginas tornou-se uma actividade regular e frequente num curto espaço de tempo.

O fenómeno das redes sociais não é novo, mas tem crescido surpreendentemente em diversas direcções, com taxas de sucesso da comunicação gerada e veiculada que não deixam ninguém indiferente.

Fenómeno de grande actualidade, com poderosas aplicações, assistimos à proliferação destes canais como os grandes ícones da comunicação de massas, utilizados em larga escala por políticos, empresas, instituições, e não menos importante, por comunidades que, em torno de gostos, ideais e causas, aglutinam milhares e milhares de identidades.

“As bibliotecas estão a tomar consciência das grandes alterações que a evolução da Web lhes está a oferecer, que obrigatoriamente está a fazer mudar a forma como os serviços, os conteúdos, as aplicações, as interfaces se apresentam aos utilizadores, assim como está a incentivar à criação de outras funções, para além das tradicionais de recolher, tratar, conservar, preservar e difundir a informação.”

(Martins *et al.*, 2010)

A biblioteca, inserida na comunidade, constitui uma alternativa cultural e um complemento pedagógico inestimável, com as iniciativas e estímulos pela leitura, ocupação dos tempos livres, diversificação de actividades intelectuais e recreativas, bem como as actividades de aperfeiçoamento e de criatividade.

“O contributo da biblioteca deve reflectir a diversidade cultural representada na comunidade. A biblioteca deve providenciar materiais nas línguas faladas e lidas na comunidade e apoiar as tradições locais.”

(IFLA/UNESCO, 2001)

## 1.2. A Cultura

“ A cultura é uma manifestação do mundo das ideias abstractas do espírito; é um instrumento de comunicação”  
(Lévi-Strauss, 1958)

### A origem do termo cultura e sua evolução

O Conceito “Cultura” tem sido objecto de variadas definições, que incluem desde aquela que faz parte do nosso senso comum “ a Cultura é tudo o que resta depois de tudo se ter esquecido”, onde é acentuada a experiência individual, até outras, que vêem a Cultura numa perspectiva sociológica e/ou filosófica, a Cultura como ideologia da classe dominante (opinião difundida pelos marxistas, numa versão reconhecidamente economicista), ou como instrumento de hegemonia.

O termo cultura provém da palavra latina *cultura*, que significa os cuidados prestados aos campos ou aos gados. Em França, já na Idade Média, aparece também para designar uma parcela de terra cultivada.

Como afirma Denys Cuhe (1999:31) até ao século XVIII, a evolução do conceito semântico do termo, fez-se de acordo com o movimento natural da língua: por metonímia (da cultura como estado à cultura como acção) e por metáfora (da cultura da terra à cultura do espírito).

Este último uso da palavra aparece na edição de 1789 do dicionário. Os filósofos franceses sublinham a oposição entre natureza e cultura e concebem a cultura como carácter distintivo da espécie humana.

“A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, no curso da sua história.”

(Cuhe, 1999:32)

O progresso nasce da instrução, da cultura em crescimento constante. Foi em França que encontrou a sua língua e o seu vocabulário; conhecerá uma enorme repercussão em toda a Europa Ocidental e em grandes cidades europeias como Amesterdão até São Petersburgo.

A cultura é um termo muito próximo de termo civilização que conhecerá grande sucesso, maior até do que a cultura, no vocabulário francês do século XVIII. Que segundo o autor, as duas palavras pertencem ao mesmo campo semântico. Associando-se por vezes, não são equivalentes, a “cultura” evoca mais os progressos individuais, a “civilização”, os progressos colectivos.

Já em 1774, como afirma Cuche (1999:36), o alemão Johann Gottfried Herder, defendeu a diversidade de culturas contra o universalismo uniformizante das Luzes, que considerava empobrecedor. Sentia como um imperialismo intelectual da filosofia francesa pelo povo alemão. Cada povo, através da sua cultura própria, tem um destino específico a cumprir. Porque cada cultura exprime a seu modo um aspecto da humanidade. A sua concepção da cultura caracterizava-se pela descontinuidade que não excluía, no seu entender, uma possível comunicação entre os povos.

A ideia alemã de cultura evolui sob influência do nacionalismo. Liga-se cada vez mais ao conceito de nação. A cultura releva da alma, do génio de um povo. A nação cultural precede e solicita a nação política. A cultura surge como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o património de uma nação, considerado como adquirido, uma vez por todas e que fundam a sua unidade.

Em França, a evolução do termo no século XIX é muito diferente. A noção de cultura enriquece-se com uma dimensão colectiva e deixa de se referir apenas ao desenvolvimento intelectual do indivíduo. Designa um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas num sentido muitas vezes lato e vago. O termo cultura está muito próximo do de civilização, tornando-se por vezes seu equivalente perfeito.

Os séculos XVIII e XIX em França, há a continuidade do pensamento universalista. A cultura é a “cultura da humanidade”, os particularismos culturais são minimizados. Os intelectuais não admitem a concepção de uma cultura antes do mais nacional, do mesmo modo que recusam a oposição estabelecida pelos alemães entre cultura e civilização.

No século XIX, a etnologia surge como disciplina científica. Os etnólogos vão explorar simultânea e concorrentemente duas vias: a que privilegia a unidade e minimiza a diversidade, reduzindo-a a uma diversidade «temporária», segundo um esquema evolucionista e a que atribui toda a sua importância à

diversidade, embora esforçando-se por demonstrar que esta última não contradiz a unidade fundamental da humanidade.

Vai emergir o conceito etnológico de cultura, palavra que em França e na Alemanha tem um conceito normativo. Os fundadores da etnologia dão-lhe um conceito puramente descritivo. A cultura deve descrever aquilo que ela é, tal como se manifesta nas sociedades humanas.

A introdução do conceito de cultura far-se-á com um sucesso desigual nos diferentes países onde vai nascer a etnologia.

Edward Tylor (1832-1917), antropólogo britânico, dá a primeira definição do conceito etnológico de cultura:

“Cultura ou civilização, no sentido etimológico mais lato do termo, é esse todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.” (1871:1)

Esta definição, clara e simples, justifica alguns comentários. Pretende-se puramente descritiva e objectiva, em vez de normativa. Rompe com as definições restritivas e individualistas de cultura: para Tylor, a cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Caracteriza-se pela sua dimensão colectiva. A cultura é adquirida e não revela por isso de hereditariedade biológica. Se a cultura é adquirida, a sua origem e o seu carácter são em grande parte inconscientes.

Franz Boas (1858-1942) nascido na Alemanha, mas que realizou parte dos seus trabalhos científicos na América do Norte, defendia uma concepção particularista da cultura. Ele tinha como principal objectivo estudar as culturas de diferentes povos e não de estudar o carácter universal da cultura, que em seu entender cada cultura é única, específica.

Boas, tinha consciência da complexidade de cada sistema cultural e pensava que só o exame metódico de um sistema cultural em si próprio poderia dar conta da sua complexidade.

Claude Lévi-Strauss, antropólogo francês, que recebeu influências dos antropólogos americanos, tenta ultrapassar a visão particularista da cultura, procura descobrir na variedade das produções humanas as categorias e as



estruturas inconscientes do espírito humano. E define a cultura nos seguintes termos:

“Qualquer cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos em cujo primeiro plano, figuram a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência e a religião. Estes sistemas visam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e as relações que os 2 tipos de realidade mantêm entre eles e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros.” (1950: XIX)

Podemos chegar à conclusão que o conceito de cultura varia de acordo com o contexto político, social, económico, civilizacional com os objectos de investigação das diferentes correntes científicas, assim como tem variado ao longo do tempo. Existem mais de duas centenas de diferentes definições científicas de cultura, mas que são, na sua essência, compatíveis.

Mitchell (2000:14) salienta a complexidade do conceito de “cultura”, mas afirma entre as várias maneiras de compreender o conceito de “cultura”, que existem 6 importantes: 1) “cultura” é o oposto de Natureza, é o que faz o Homem humano; 2) “cultura” são os padrões e aquilo que diferencia um povo; 3) “cultura” são os processos segundo os quais esses padrões se desenvolvem; 4) “cultura” é um conjunto de características marcantes que permitem demarcar um povo de outro povo e que permite que os indivíduos indiquem a sua pertença; 5) “cultura” é a forma como esses padrões, processos e essas características marcantes são representados; 6) a ideia de cultura muitas vezes indica uma ordem hierárquica de todos esses processos, actividades, modos de vida e produção cultural, quando os indivíduos comparam culturas ou actividades culturais com outras.

O relativismo cultural como principio absoluto que conduzia a que uma determinada cultura fosse julgada com base nos modelos existentes noutra cultura não aceite.

Franz Boas (1858-1942) foi o criador da concepção antropológica de “relativismo cultural”. Para ele cada cultura é única. Cada cultura exprime-se através da língua, das crenças, dos costumes, da arte, etc., que lhe são particulares e que exercem influencia sobre o comportamento dos indivíduos.

Um dos aspectos que Boas salientava, no final da sua atividade, era que o relativismo cultural pode ser também segundo Cuche (1999:48), um princípio ético que afirma a dignidade de cada cultura e advoga o respeito e a tolerância perante culturas diferentes. Na medida em que cada cultura exprime uma maneira única de ser homem, tem direito a ser estimada e protegida, em caso de ameaça.

Recorrer ao relativismo cultural é afirmar que qualquer conjunto cultural é coerente, tem uma certa autonomia simbólica que lhe confere um carácter original e singular e ainda que não se pode analisar um traço cultural independentemente do sistema cultural a que pertence. Isto equivale a estudar toda a cultura, qualquer que seja, sem *a priori*, sem a comparar e sem a “medir” prematuramente com outras culturas; a adoptar a hipótese de que, ate mesmo no caso das culturas dominadas, uma cultura funciona sempre como uma cultura, nunca totalmente dependente, nunca totalmente autónoma, mas sempre com uma autonomia (relativa) que caracteriza cada sistema cultural.

A cultura desempenha um papel importante na perpetuação das normas e valores de uma sociedade, oferecendo também oportunidades importantes de criatividade e de mudança, é um elemento indispensável para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e para a qualidade de vida, factor de cidadania e instrumento fulcral para a compreensão e conhecimento crítico da realidade.

Para Tylor, a cultura seria, "o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Portanto corresponde, neste último sentido, às formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, que se apresentam como a identidade desse povo.

## **A Identidade**

O conceito de identidade como o de cultura é difícil de definir. A questão da identidade cultural remete logicamente, num primeiro tempo, para a questão mais ampla da identidade social, sendo uma das componentes desta última.

Cuche (1999:136), afirma que, a identidade social de um indivíduo caracteriza-se pelo conjunto das suas pertenças no sistema social: pertença a uma classe sexual, a uma classe etária, a uma classe social, a uma nação, etc. A

identidade permite ao indivíduo localizar-se no sistema social e ser ele próprio localizado socialmente.

O autor põe em evidência que a identidade social não se refere apenas aos indivíduos. Qualquer grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social e que permite situá-lo no conjunto social.

A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: identifica o grupo e distingue-o dos outros grupos, constitui uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, assente na diferença cultural.

Hoje é aceite dizer que a identidade é multidimensional e dinâmica, varia, e presta-se a reformulações ou mesmo a manipulações. Certos autores utilizam a designação de “estratégia identitária”. Jovens filhos de imigrantes possuem uma identidade mista e não duas identidades que se confrontam. O indivíduo que participa em mais do que uma cultura constrói, a partir de cada uma delas, uma identidade sincrética, e não uma dupla identidade. As migrações internacionais têm como resultado a multiplicação dos fenómenos de identidade sincrética.

As relações de carácter contínuo e de longa duração entre dois grupos culturalmente diferenciados não conduzem ao apagar gradual das diferenças culturais pois as relações entre os grupos processam-se de forma a manterem as diferenças culturais ou mesmo suscitam uma acentuação das diferenças, através do jogo da defesa simbólica das “fronteiras identitárias”, que não são imutáveis e que se podem alterar devido a causas políticas, sociais ou económicas.

Assim, as nossas sociedades não só acolhem e reproduzem diferenças, mas também as inventam, inclusivamente sob o selo da tradição. Cada um de nós, no que mais imediatamente o rodeia, se confronta com a irrupção de identidades inéditas, ou até mesmo conversões; cada um de nós observa o surto de movimentos culturais – alguns que se afiguram indiferentes, outros que suscitam os sentimentos mais diversos, de compreensão e de simpatia, ou, pelo contrário, de medo, de repulsa e de rejeição.

Mais cedo ou mais tarde, cada um de nós pode também constatar que a sua própria experiência de um particularismo cultural, sem excluir a aparentemente mais estável, não é necessariamente definitiva, que são sempre possíveis transformações pessoais, susceptíveis de nos conduzir ao abandono puro e simples de uma identidade e eventualmente à adopção de uma nova.

E cada um de nós procede a escolhas relativas ao presente e ao futuro, mas também ao passado, ao seu próprio passado: cada vez mais, fabricamos a nossa memória, projectamo-nos em direcção ao futuro reivindicando a nossa inscrição numa história que fazemos nossa.

O contacto directo e continuado entre indivíduos ou grupos culturalmente diferenciados pode dar origem a diferentes fenómenos dos quais se destacam a aculturação.

Em sociedades onde vivem etnias diferenciadas, numericamente inferiores à comunidade maioritária, surge muitas vezes a designação de grupos étnicos.

“Grupos populacionais etnicamente diferentes que, embora sujeitos a uma mesma ordem política e social da sociedade receptora maioritária. As diferenças que apresentam face à maioria, provêm da sua história, da origem territorial e manifestam-se frequentemente na aparência física, na língua, nos tipos de vestuário, hábitos e costumes, nas regras e normas de conduta, na estratificação social, e nos diferentes papéis atribuídos aos dois sexos e a diferentes idades.”

(Rocha – Trindade, 1995:368)

Vivemos em sociedades de acolhimento, mas também de produção individual e colectiva das diferenças, e sabemos-lo. Em tais sociedades, os mecanismos políticos de tratamento da diferença tornam-se incontornáveis, chamemos-lhe “multiculturalistas.

Para Colom (1998:138) “a identidade cultural, como toda a identidade, é também por isso uma forma de experiência moral, pois as decisões que configuram a nossa personalidade ao longo da vida encontram-se sempre culturalmente mediadas... Somos, em definitivo, sujeitos morais culturalmente condicionados, mas não determinados pela cultura.”

Nas sociedades actuais, em resultado do aumento de fluxos de pessoas, bens, serviços e informação, os quais constituem traços marcantes da globalização, assiste-se a uma crescente diversificação cultural da população de muitos países.

## O Fenómeno da Migração

“Num quarto de século a paisagem em Portugal mudou profundamente, nas auto-estradas e nos incêndios, mas sobretudo em paisagem humana: vozes, cores, hábitos, sabores, danças, ...”

(/n I Congresso Imigração em Portugal, P. António Vaz Pinto)

A migração não é um fenómeno recente, desde há muito que o ser humano se desloca de um lugar para o outro em busca de melhores condições de vida. Contudo é na actualidade que se fazem sentir de forma mais intensa estas movimentações.

Este é, de facto, o maior fenómeno demográfico que nos legou o milénio passado e que se torna hoje um dos mais importantes desafios que a Europa tem pela frente. Como afirma Demetrios Papademetriou(I Congresso Imigração em Portugal [Diversidade – Cidadania – Integração]), “as estimativas do volume de migrantes internacionais rondam, aproximadamente, os 175 ou 180 milhões de pessoas. Contudo, notem por favor que isto inclui cerca de vinte ou mais milhões de pessoas que eram migrantes internos até ao início dos anos 90, altura em que foram reclassificados como migrantes internacionais, quando a União Soviética se fraccionou num vasto número de Estados independentes.”

O termo emigração designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, sair do país de origem por um período prolongado. Aqueles que deixam a sua pátria e vão viver temporariamente ou estabelecer residência num país diferente são designados, por emigrantes.

Emigrar significa, portanto, como afirma Rocha-Trindade (1995:31) deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro; os protagonistas desta acção serão designados, por quem os considere como ausentes e enquanto esta Situação se mantiver, por emigrantes.

No país de destino ou chegada a perspectiva é um pouco diferente, pois o emigrante passa a ser designado por imigrante por aqueles que os vêm chegar. “Os mesmos protagonistas são agora encarados como aqueles que chegam do exterior e, por parte de quem os sabe chegados, serão considerados como imigrantes”. (*Ibidem*, 31)

O país de onde os emigrantes saíram é designado por país de origem e o país para onde se vieram fixar é o país de destino, também designado por país de acolhimento, país receptor ou país de residência.

Devido à dinâmica e às novas realidades do fenómeno, entre outras, a temporalidade e a cidadania europeia que implica liberdade de circulação, utiliza-se hoje a designação de migração, para englobar os termos de emigração e imigração, e os indivíduos designam-se por migrantes ou trabalhadores migrantes.

As diferenças não ficam pelas designações, pois quem migra assume diferentes estatutos sociais. No país de origem os seus direitos e obrigações diminuem. No país de acolhimento é encarado como um estranho, como alguém distinto e vai ter de se integrar numa ordem social que provavelmente, desconhece.

A decisão de partir pode ter variadas motivações, desde económicas, políticas até étnico-culturais. Quem migra para um país mais abastado acalenta sempre a esperança de ter melhores condições de vida para si e para a família.

As motivações étnicas-culturais estão relacionadas com a ascendência comum de vários indivíduos e cultura. Quando uma etnia minoritária se sente ameaçada pela maioria da sociedade, pode decidir migrar em massa para outro território. Exemplo desta situação foi a emigração de muitos judeus para Israel. Como afirma Rocha-Trindade (1995:43), a emigração de judeus de muitos países do mundo para Israel é igualmente um fenómeno de raiz étnico cultural.

Independentemente das motivações acima referidas, a emigração pode ser legal ou clandestina.

Designa-se por emigração legal o processo pelo qual se inicia e desenvolve um percurso emigratório individual com integral conhecimento e controlo por parte das autoridades competentes, quer do país de origem quer do país receptor, em relação a todas as faces daquele percurso. A emigração clandestina verifica-se quando o pressuposto acima indicado não é, total ou parcialmente, respeitado.

A emigração clandestina é muito temida pelos países ou regiões, tradicionalmente, receptores. A Europa, mais concretamente a União Europeia, enfrenta um problema grave de imigração clandestina vinda, essencialmente, do Norte África e África subsariana. A pobreza extrema e as guerras intermináveis levam a que muitas pessoas tentem a sua sorte, muitas vezes à mão de redes

organizadas que só pretendem lucrar com a adversidade dos outros. Pessoas que vivem na miséria procuram melhores condições de vida, contudo encontram, muitas vezes o fim da vida, ou o repatriamento.

Em questões culturais a integração do imigrante nem sempre é fácil. A adaptação a um modo de vida diferente com hábitos, costumes e tradições desconhecidos é, com certeza, um processo demorado e difícil. Esta adaptação é dificultada nos casos em que a língua dos países de acolhimento é desconhecida, como acontece com os imigrantes de Leste que entram em território nacional.

### **A realidade da imigração em Portugal**

Nos últimos anos, as migrações têm, pouco a pouco, vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na vida política, económico-social e cultural dos países industrializados, e em Portugal não é uma excepção. Que inicialmente era um país de emigração, está agora a revelar-se como um pólo atractivo para certas comunidades de imigrantes que, de um modo ou de outro, se identificam com o nosso país e que por, variadíssimas razões, aqui se vão concentrando.

A História de Portugal está repleta de exemplos da interacção entre povos e culturas. Se recuar à sua origem e posterior fundação constata-se que o território, onde se veio a formar Portugal, foi ocupado por diferentes grupos étnicos: Iberos, Lusitanos, Fenícios, Romanos, Celtas, Visigodos, Árabes e Cristãos estiveram na génese da cultura e identidade portuguesas.

Durante a Idade Média as comunidades judaicas e cigana chegaram a Portugal, permanecendo até aos dias de hoje. Os primeiros vestígios da comunidade judaica remontam ao século VI. Estes preservaram a sua cultura, principalmente a religião. A comunidade cigana chegou a Portugal, sensivelmente, há quinhentos anos. Desde aí, tornou-se numa etnia bastante significativa no contexto português. Dotados de especificidades culturais, preservaram as suas tradições e costumes até à actualidade.

Para Rocha-Trindade (1995), a partir dos séculos XV e XVI, assistiu-se à diáspora de portugueses ligados aos Descobrimentos, à descoberta de novos mundos. Esta aventura portuguesa, para além de ter colocado em contacto diversos povos e culturas, deu origem ao tráfico de escravos que desde o século

XVI até ao século XVIII marcaram a realidade nacional. O tráfico de escravos trouxe para o país, principalmente para Lisboa, africanos.

“O tráfico de escravos negros efectuado por navegadores portugueses e viajantes portugueses, desde o século XVI, determinou a existência de um significativo contingente de africanos em território nacional, concentrados predominantemente em Lisboa.”

(Rocha-Trindade: 1995:198)

A partir do século XIX, assiste-se à vinda para Portugal de imigrantes provenientes de outros países da Europa Ocidental, como da Espanha, da Grã-Bretanha, da Alemanha e da França e, ainda, do continente americano, principalmente do Brasil. Os imigrantes eram “profissionais ligados atividades bem determinadas da economia nacional, tais como comercialização do Vinho do Porto e a exploração mineira...” (*ibidem*).

De meados dos anos 50 até ao início da década de 70 do século XX, Portugal viu sair do território milhares de portugueses em direcção à Europa do Centro e do Norte.

Este facto está relacionado com a situação económica e social do país ditadura, guerra colonial e pobreza bem como com a expansão económica dos países do Norte e Centro da Europa no pós 2ª Guerra Mundial. Estes últimos necessitavam de mão-de-obra para as actividades económicas dominantes, indústrias de bens e de equipamentos e construção civil. A mão-de-obra portuguesa era pouco qualificada, mas ajustava-se à procura dos países em expansão. Os países economicamente mais desenvolvidos da Europa encontraram “uma mão-de-obra flexível, ajustável às procuras regionais e sectoriais de trabalho pouco qualificado...” (Malheiros: 1996:55).

A crise económica que marcou o início da década de 70 fez alterar o contexto de migrações na Europa. A crise dos anos 70 ficou marcada “pelo desemprego, pela inflação, pela instabilidade social e pelo encerramento de unidades produtivas...” (*ibidem*: 57).

Esta situação crítica levou a que se alterasse o modelo industrial vigente: redução da dimensão das fábricas e do número de habitantes; reforço de mão-de-obra mais técnica e especializada. Deste modo, a mão-de-obra não



qualificada oriunda do Sul da Europa, incluindo de Portugal, já não era necessária. Com efeito, os países do Norte e Centro começaram a restringir a entrada de imigrantes.

A par desta crise, assistiu-se à queda das ditaduras do Sul da Europa, em Portugal, Espanha e Grécia. Em 1974, mais concretamente, o regime ditatorial português chegou ao fim e com ele a guerra colonial. Estes acontecimentos levaram a que muitos portugueses voltassem ao seu país de origem. O fim da guerra colonial e a emergência de novos Estados africanos “ocasionou a vinda de muitos refugiados e o repatriamento de mais de meio milhão de portugueses [...], até então residentes nas antigas Províncias Ultramarinas.”(Rocha-Trindade: 1995:199)

Assim, a partir dos anos setenta a emigração diminui e a entrada de pessoas de outros países e/ou culturas aumentou. Como sustenta Malheiros, a emigração portuguesa verificou uma redução, “Dos cerca de 250 000 emigrantes legais da primeira metade da década de 70, passou-se para menos de 30 000, nos últimos cinco anos da década seguinte” (Malheiros, 1996: 71). Este facto para além de estar relacionado com o fim da guerra colonial e a vinda de muitos portugueses de origem africana para Portugal, está também relacionado com questões económicas. A entrada de Portugal na CEE, actual União Europeia, e o desenvolvimento económico que daí adveio, atraiu para o país, imigrantes de várias origens.

Nos anos 80, verificou-se um crescimento no número de imigrantes oriundos de países menos desenvolvidos economicamente. Migrantes laborais com pouca ou nenhuma qualificação que vieram dar resposta “às novas exigências do mercado de emprego dos países do Sul, que implicam maior flexibilidade da mão-de-obra e a progressiva substituição dos trabalhadores autóctones nos segmentos menos valorizados do mercado de emprego” (*ibidem*:64).

A maioria dos imigrantes em Portugal entre a década de 70 e a década de 90, eram naturais de África, Ásia e América do Sul, oriundos do Brasil e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), principalmente de Angola e Cabo Verde. Tendo-se constatado um crescimento nessas duas décadas.

Entre os anos 70 e 80, chegaram também imigrantes oriundos de países mais abastados, como do Reino Unido, Espanha, Alemanha e França. A consolidação da democracia portuguesa incentivou novos investimentos

estrangeiros “direccionados predominantemente para o turismo, comércio, agricultura e serviços.” (Rocha-Trindade, 1995:201)

Com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (1985-86), começou a tornar-se mais visível o número de cidadãos comunitários que escolheram Portugal como país de residência, tanto por razões de aqui se terem radicado em situação de reforma como em exercício de actividades em espaços empresariais diversificados.

**Tabela 1: Evolução da População Residente em Portugal (1980-2013)**

ANO	Titulos de Residência	Concessão e Prorrogação de AP's	Prorrogação de VLD's	TOTAL	VARIAÇÃO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,22%
1982	58.667			58.667	7,82%
1983	67.485			67.485	15,03%
1984	73.365			73.365	8,71%
1985	79.594			79.594	8,49%
1986	86.982			86.982	9,28%
1987	89.778			89.778	3,21%
1988	94.694			94.694	5,48%
1989	101.011			101.011	6,67%
1990	107.767			107.767	6,69%
1991	113.978			113.978	5,76%
1992	123.612			123.612	8,45%
1993	136.932			136.932	10,78%
1994	157.073			157.073	14,71%
1995	168.316			168.316	7,16%
1996	172.912			172.912	2,73%
1997	175.263			175.263	1,36%
1998	178.137			178.137	1,64%
1999	191.143			191.143	7,30%
2000	207.587			207.587	8,60%
2001	223.997	126.901		350.898	69,04%
2002	238.929	174.558		413.487	17,84%
2003	249.995	183.655		433.650	4,88%
2004	263.322	183.833		447.155	3,11%
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27%
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33%
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70%
2008	436.020		4.257	440.277	1,04%
2009	451.742		2.449	454.191	3,16%
2010	443.055		2.207	445.262	-1,97%
2011	434.708		2.114	436.822	-1,90%
2012	414.610		2.432	417.042	-4,53%
2013	398.268		3.052	401.320	-3,77%

Fonte: <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

Pode-se concluir, que as décadas de 70, 80 e 90 foram anos de viragem na migração portuguesa. Pois, após vários anos de emigração intensa, Portugal começou a ser, também, um país de acolhimento.

Embora no final da década de 80 (1989), com um total de 101.011 (Tabela 1) estes indivíduos representavam apenas 1% da população total residente, o que não era suficiente, de modo algum, para classificar Portugal como um país de imigração.

Em termos qualitativos, a década de 90, não trouxe grandes alterações ao panorama da imigração em Portugal, mas pela primeira, regista-se, com uma presença significativa, uma população de cidadãos da República Popular da China.

No ano 2000 e seguintes verifica-se uma profunda alteração, tanto quantitativa como qualitativa, no panorama da imigração em Portugal. Estas modificações tornaram-se muito evidentes com o balanço do número de legalizações efectuadas no processo extraordinário que decorreu entre 2001 e 2002, por um lado, por via do qual a população de estrangeiros legalmente residentes em Portugal sofreu um aumento de cerca de 100%; por outro, manifestou-se uma gigantesca entrada (ou reconhecimento oficial da entrada) de imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste, com especial predomínio para os naturais da Ucrânia, Rússia e Moldávia.

Estas novas correntes migratórias, sem qualquer afinidade linguística ou cultural com os Portugueses, podem talvez atribuir-se a um maior conhecimento e atracção daquelas populações pelo espaço económica e socialmente privilegiado da União Europeia, decorrente da preparação do processo de adesão de numerosos países daquela zona ao espaço comunitário. Mas o mesmo raciocínio não é aplicável à centena de outras nacionalidades, até das mais remotas partes do mundo, que figuram na lista dos estrangeiros com situação agora regularizada.

As consequências principais desta nova fase da imigração em Portugal traduzem-se por uma brusca alteração na hierarquia quantitativa das diversas comunidades de estrangeiros legalmente residentes, verificando-se que nesta circunstância predominam, os Ucrânios, os Brasileiros, os Cabo-Verdianos e os Angolanos.

A nova figura jurídica criada com este Decreto-Lei 4/2001 de 10 de Janeiro – autorização de permanência – permitiu a regularização de quase 184

mil estrangeiros entre 2001 e 2004 (Fonte: RIFA 2006), a maioria provindos do Leste da Europa, por cidadãos brasileiros e de origem africana e asiática. Este dispositivo trouxe à luz do dia milhares de estrangeiros que já se encontravam a trabalhar em Portugal, mas em situação irregular.

Segundo a RIFA 2004, das 183.833 autorizações de permanência (AP) concedidas entre 2001 e 2004, 35,2% foram solicitadas por cidadãos ucranianos, 20,6% por cidadãos brasileiros, 6,9% por nacionais da Moldávia, 6,0% da Roménia e 3,8% da Federação Russa. Estas cinco nacionalidades congregam 72,5% do número total de concessões.

Em 2005, as maiorias comunidades de cidadãos estrangeiros em situação regular em Portugal eram a brasileira, seguida pela ucraniana e pela cabo-verdiana.

Digno de nota, é o crescimento lento, mas contínuo, dos cidadãos da Ásia que, representando menos de 4% em 1990 (cerca de 4 mil pessoas), tinham chegado aos 5,3% em 2005 (quase 22 mil pessoas), sendo as principais origens geográficas a Índia, a China, o Paquistão e o Bangladesh.

A partir de 2002/03, a tendência de convergência da economia portuguesa com a média europeia inverteu-se, o que se reflectiu na capacidade do mercado de trabalho atrair mão-de-obra estrangeira (Fonseca e Malheiros, 2003; SEF, 2008). Consequentemente, o ritmo de crescimento do número de cidadãos regular abrandou atingindo-se o valor máximo absoluto de 454.191 indivíduos em 2009.

Os anos de 2010 e 2011 evidenciam já uma diminuição da população estrangeira em Portugal, fruto da contratação da economia portuguesa desde 2008/09, mas também da aquisição da nacionalidade por um número crescente de cidadãos que preenchem os requisitos necessários exigidos na Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012).

Neste mesmo ano, o Brasil era o país com a maior comunidade residente em Portugal, com mais de 111.000 indivíduos (Tabela 2), seguido pela Ucrânia com perto de 48.000 pessoas e por Cabo Verde com um valor próximo dos 43.500 cidadãos.

**Tabela 2 – População estrangeira segundo as principais nacionalidades, 2011**

Continentes e países	Residentes Permanentes	Vistos de Longa Duração renovados	Total
<b>Europa - total</b>	<b>177.528</b>	<b>80</b>	<b>177.608</b>
UE (25)	60.047	*	60.047
Reino Unido	17.675	*	17.675
Espanha	9.310	*	9.310
Alemanha	9.054	*	9.054
França	5.293	*	5.293
Holanda	4.862	*	4.862
Itália	5.338	*	5.338
Europa de Leste	115.563	411	115.236
Ucrânia	48.010	12	48.022
Moldávia	13.586	0	13.586
Roménia	39.312	*	39.312
Rússia	4.854	24	4.878
Bulgária	8.606	*	8.606
Bielorrússia	817	6	823
<b>África - total</b>	<b>103.993</b>	<b>1.347</b>	<b>105.340</b>
PALOP	96.204	1.312	97.516
Angola	21.329	234	21.563
Cabo Verde	43.475	445	43.920
Guiné-Bissau	18.131	356	18.487
Moçambique	2.995	33	3.028
São Tomé e Príncipe	10.274	244	10.518
República da Guiné	1.549	0	1.549
Marrocos	1.790	6	1.796
Senegal	1.623	3	1.626
<b>América Latina - total</b>	<b>117.129</b>	<b>234</b>	<b>117.363</b>
Brasil	111.295	150	111.445
Venezuela	1.994	5	1.999
<b>América do Norte - total</b>	<b>3.043</b>	<b>11</b>	<b>3.054</b>
Canadá	719	4	723
EUA	2.324	7	2.331
<b>Ásia - total</b>	<b>32.700</b>	<b>441</b>	<b>33.141</b>
China	16.595	190	16.785
Índia	5.316	68	5.384
Paquistão	2.470	4	2.474
Bangladesh	1.149	0	1.149
<b>Oceânia - total</b>	<b>262</b>	<b>1</b>	<b>263</b>
<b>Apátridas e Duplos Nacionais</b>	<b>53</b>	<b>0</b>	<b>53</b>
<b>Total</b>	<b>434.708</b>	<b>2.114</b>	<b>436.822</b>

\* Não aplicável

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

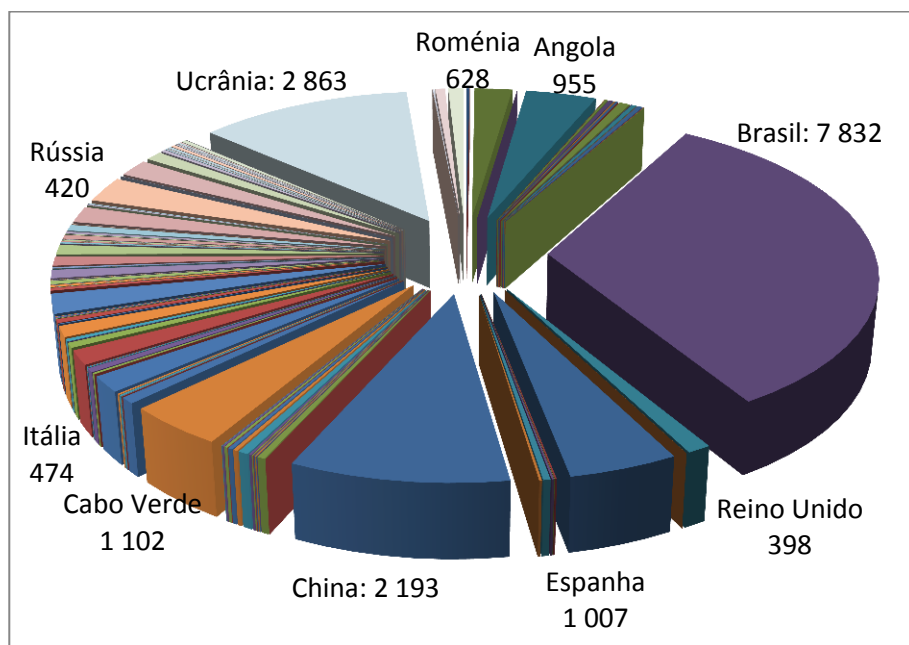
Nota: Vistos de longa duração incluem vistos de trabalho, de estudante e de estadia temporária.

Podemos afirmar que em termos de continentes, a partir do ano 2001 a Europa adquiriu primazia nos contingentes de estrangeiros com presença documentada em Portugal (40,7% do total) muito devido à presença dos cidadãos dos países de Leste, com particular destaque para a Ucrânia, ultrapassando a África (24,1% do total), que durante décadas permaneceu como a origem geográfica mais relevante devido aos cidadãos dos PALOP.

Nos últimos três anos observa-se uma redução ligeira dos contingentes dos nacionais da Ucrânia, Moldávia e Rússia, que poderá dever-se à diminuição das entradas, regresso ao país de origem por ausência de oportunidades de trabalho ou ainda pela aquisição da nacionalidade portuguesa. De entre as nacionalidades asiáticas, são de destacar os chineses e os indianos que, apesar de numericamente não serem muito expressivos, têm tido um crescimento sustentado ao longo dos anos.

No distrito do Porto, em 2011 residiam 23 701 cidadãos estrangeiros, sendo 7 832 do Brasil; 2 863 dos Países de Leste Ucrânia (Rússia 420, Roménia 398, e Moldávia 231) e 2 193 da China (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Residentes Estrangeiros no Distrito Porto (2011)**



Perante este quadro evidente de um país de imigração parece ser crucial entender, desde o início, que as actividades, instrumentos e mecanismos utilizados para lidar com tal fenómeno não devem ser isolados do contexto interdisciplinar que a imigração implica.

O Conselho Europeu de Tempere, de Outubro de 1999, representa um marco fundamental na definição das bases de uma política comum de integração, que definiu o conceito de integração como “um processo de dois sentidos que envolve a adaptação, tanto da parte do imigrante, como da sociedade de acolhimento”.

O Imigrante segundo Gonçalves (1996), ocupa uma posição elástica e fluida no espaço social. Inconscientemente, reúne atributos aparentemente incoerentes, típicos, separadamente, de várias categorias sociais.

A integração dos imigrantes não compete, na verdade, apenas ao Governo, mas também às organizações não-governamentais, aos representantes do poder local, e outras forças da sociedade portuguesa a encararem o desafio da imigração como uma força positiva para Portugal.

Se os imigrantes representam uma diversificação, que frequentemente se traduz num dinamismo, das práticas culturais dos locais em que se instalam, o processo de contacto entre estes e as populações autóctones nem sempre se processa num quadro de empatias que gera imediatamente interacção positiva.

Efectivamente, lidar com a alteridade, pressupõe de parte a parte, uma atitude de compreensão face a valores e práticas culturais diferentes, que pode ser incorporada no quadro de políticas interculturais destinadas a fomentar o encontro e a proporcionar os contactos entre os vários grupos que compõe a sociedade.

“Se isto não se verificar, tendem a aprofundar-se os processos de desvalorização dos imigrantes, passam a ser encarados explicitamente como minorias culturais, o que conduzirá, inevitavelmente, a perdas de coesão social.”

(Cabral, 2000)

Efectivamente, se os imigrantes representam uma diversificação, que frequentemente se traduz num dinamismo, das práticas culturais dos locais em que se instalam, o processo de contacto entre estes e as populações autóctones, a participação em eventos organizados pela comunidade, é muito importante.

## Capítulo II – Metodologia da Investigação

Metodologia é a operacionalização, sistematização e racionalização do método por processos e técnicas que se valem do ajuste da pesquisa, para realizar uma intervenção na realidade.”

(Asti-Vera, 1989:7-8)

Qualquer investigação orientada para melhorar e transformar o social, deve recorrer à utilização plural de teorias e enfoques metodológicos. O conhecimento da metodologia científica é uma das condições necessárias para o êxito de uma investigação.

Para Cervo e Berviam, “o método científico, é o instrumento básico que ordena inicialmente o pensamento em sistemas, traçando de maneira ordenada a forma de proceder do cientista ao longo do percurso para alcançar um objectivo pré estabelecido. Este objectivo pode ser um problema ou um conjunto de problemas.” Por outras palavras o método científico segue o caminho da dúvida sistemática, metódica e nasce de um problema observado ou sentido, trabalhado com hipóteses e delimita o assunto a ser estudado.

O investigador deve conhecer com clareza todos os caminhos possíveis, para, por fim, traçar o que melhor se adequa à sua investigação.

“Uma investigação social não é, pois, uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica.”

(Quivy e Campenhoudt, 1995:18)

É necessário ter em consideração, que cada investigação tem o seu propósito particular e possui etapas distintas, que a permitem atingi-lo.

Os nossos conhecimentos constroem-se com o apoio de quadros teóricos e metodológicos explícitos, lentamente elaborados, que constituem um campo pelo menos parcialmente estruturado, e esses conhecimentos são apoiados por uma observação dos factos concretos.



Vários investigadores e filósofos da ciência têm debatido sobre qual a melhor maneira de conduzir uma pesquisa e duas escolas de pensamento apresentam valores diferentes para realizar uma investigação: Positivismo, o qual utiliza o método quantitativo, e o Realismo, que opta pelo qualitativo.

Para Gauthier (2003:24), em primeiro lugar, numa investigação, o investigador deve interrogar-se sobre o que quer estudar, sobre que assunto quer colocar questões.

As Práticas Culturais dos Imigrantes na Biblioteca Municipal de Valongo, são o objecto de estudo desta investigação.

Uma investigação é, por definição, algo que se procura, é “um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica”.

(Quivy; Campenhoudt, 1995: 31)

De seguida colocam-se as questões que se pretende dar resposta: O que sabemos sobre estes Imigrantes? Porque procuram a BMV? Quais as suas práticas culturais? Está a BMV adaptada a esta realidade social? Pretende-se tentar perceber, o que faz este público quando procura a BMV e o que ela lhes oferece. Com o principal objectivo de analisar as Práticas Culturais destes Imigrantes.

Recorrendo-se às técnicas documentais, através da leitura, interpretação, análise, comparação e integração de documentos, e às técnicas não documentais, através da observação participante e observação não participante.

A observação participante, implica participar na vida quotidiana do grupo humano a estudar, para compreender as lógicas locais e o significado sociocultural das suas práticas. As vantagens desta técnica, são a riqueza e profundidade de informação sociocultural produzida no seu próprio contexto, permite flexibilidade ao investigador porque lhe torna possível mudar de estratégia e seguir novas pistas que aparecem.

O observador integra o grupo observado; participa nas actividades do grupo e nas suas manifestações, é observador e actor; é o principal instrumento da investigação social. Segundo Becker (1993), ele observa as pessoas que estuda como forma de ver em que situações se encontram e como se

comportam nelas. Ele estabelece conversa com alguns ou com todos os participantes nestas situações e descobre a interpretação que eles dão aos acontecimentos que observa.

A observação não participante, onde o observador se mantém exterior aos factos, às situações e aos grupos. Esta técnica, traduz-se em informação diversa de acordo com as características das actividades, quer sobre informação muito abrangente (estatísticas, por exemplo), quer sobre informação em profundidade (temas específicos).

Assim o primeiro passo foi a recolha de informação através da leitura, acerca do tema desta investigação. Procedendo-se aos critérios de escolha de fontes documentais, bibliografia e forma de recolha, que faculta-se e facilita-se uma observação atenta e uma análise rigorosa posterior.

“As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras.”

(Quivy; Campenhoudt, 1995:69)

Depois de explorar as leituras, a pesquisa e de fazer o balanço dos diferentes aspectos do problema que foram evidenciados, prossegue-se à construção do modelo de análise, procede-se à elaboração dos conceitos fundamentais da minha investigação. Uma nova etapa desta investigação, que vai permitir a condução do trabalho de recolha e análise de dados de observação, a seguir.

Definiu-se os seguintes conceitos: Biblioteca Pública, Cultura, Imigração e Práticas Culturais.

O instrumento de observação foi de natureza quantitativo, porque a pesquisa quantitativa confia plenamente nos números, os quais estes representam opiniões e conceitos, aqui o observador é independente.

O inquérito por questionário, foi o instrumento de recolha de dados adotado, devido ao seu carácter muito preciso e formal na sua construção e aplicação prática.

“O questionário destina-se frequentemente à pessoa interrogada, é lido e preenchido por ela. É pois, importante que as perguntas sejam claras e precisas, isto é, formuladas de tal forma que todas as pessoas interrogadas as interpretem da mesma maneira.”

(Quivy e Campenhoudt, 1995:181)

O questionário é constituído por três grupos, a caracterização sócio-demográfica dos inquiridos, as causas da imigração, a integração na comunidade e as práticas culturais. (Anexo 1)

Pretende-se acima de tudo, perceber quais as práticas culturais destes imigrantes e perceber se existe uma relação entre os dados sócio-demográficos e a frequência destes na BMV.

Tendo em conta a complexidade do estudo, recorreu-se a uma amostragem não estritamente representativa, constituída pelo universo de cerca de 130 imigrantes inscritos na Biblioteca Municipal de Valongo, para estudar as características da minha população.

A amostragem é a operação que consiste em retirar um certo número de elementos (isto é, uma amostra) de um conjunto de elementos que se pretende observar ou tratar. A amostra final, foi composta por 68 imigrantes da BMV.

Álvaro Pires (1997) considera que a amostra não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar. Diversas formas de amostras são possíveis: acidental, intencional, por quotas, típica, de voluntários em cascata ou bola de neve.

Por fim, recorreu-se ao método de análise das informações recolhidas, começando pela descrição e preparação dos dados necessários para testar as hipóteses, seguindo-se com a análise das relações entre as variáveis e por fim, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese.

A análise das informações “compreendem múltiplas operações, mas três delas constituem, em conjunto, uma espécie de passagem obrigatória: primeiro, a descrição e a preparação (agregada ou não) dos dados necessários para testar as hipóteses; depois, a análise das relações entre as variáveis; por fim, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese.” (Quivy e Campenhoudt, 1995:216)

## Capítulo III – Análise e Discussão dos Resultados

### 3.1. O Concelho de Valongo

#### Localização Geográfica Concelho Valongo

Situado na área do Douro Litoral, Valongo é um dos 18 concelhos do distrito do Porto (Figura 1). Situa-se a norte do rio Douro, numa região que engloba as bacias hidrográficas dos rios Leça e Ferreira e estende-se numa área de 75,7 Km<sup>2</sup>.



Figura 1 – Mapa do Distrito do Porto

Valongo, termo da cidade do Porto, inscreve-se na velha área de Entre-Douro-e-Minho, maciço antigo constituído essencialmente por rochas eruptivas e metamórficas, “onde o granito com uma notável gama de variedade campeia, estende-se nas fraldas de extensas montanhas, sobre uma dilatada planície das mais pittorescas e luxuriantes de vegetação.” (Almeida, 1978)

É um vale imenso, ameno, “com a forma de um triângulo obtusângulo, quasi rectângulo cujos cathetos são formados pelos montes de Santa Justa e Senhora das Chãos e a hypotenusa pelo monte do Sobrado” (Seara, 1986).

Inserido na Grande Área Metropolitana do Porto, o concelho é limitado a norte com o concelho de Santo Tirso, a oeste com o concelho da Maia, a sul e a sudoeste com o concelho de Gondomar, a nordeste, com o concelho de Paços de Ferreira e a nascente e a sudeste com o concelho de Paredes.

Após uma reorganização administrativa em 2013, o concelho de Valongo, ficou constituído por quatro freguesias, a vila Campo e Sobrado e três cidades, Valongo, Sede de Concelho, Alfena e Ermesinde. (Figura 2)

**Figura 2 – Freguesias do Concelho Valongo**



Segundo os censos de 2011, a cidade de Alfena com 15,7 km<sup>2</sup> de área, tem 15 211 habitantes, a cidade de Ermesinde, é a menor das quatro freguesias do concelho de Valongo com 7,65 km<sup>2</sup>, mas com maior densidade populacional, 38798 habitantes, Campo e Sobrado (União das Freguesias de Campo e Sobrado), com 32,27 km<sup>2</sup> de área, tem com 15924 habitantes, e a cidade de Valongo, sede de concelho, com 24,10 km<sup>2</sup> de área e 23 925 habitantes.

## Origem e Evolução Histórica

O povoado de Valongo, segundo o Padre Joaquim Alves Lopes Reis (1904), teria origem no lugar hoje designado por Susão, onde segundo conta a lenda viveu uma mulher chamada Susana, que no tempo dos romanos teria para aqui vindo desterrada.

Segundo o mesmo autor, as perseguições aos cristãos fizeram com que muitos deles fugissem. Um deles foi Samuel, descendente do Rei David, que com a sua filha Susana se refugiou na cidade de Antióquia recolhidos por cristãos. Mas como continuavam as perseguições, embarcaram junto com os discípulos de S. Tiago para o Ocidente, desembarcando em Cale – Vila Nova de Gaia.

A beleza de Susana fascinara um nobre romano, que se converteu ao cristianismo, e com ela se casou. Conhecedor deste facto, o Governador manda prender Susana e seu marido. Devido aos seus dotes físicos, Susana conseguiu que este alterasse a sua sentença de pena de morte para o exílio perpétuo, tendo sido por isso obrigados a deixar a cidade.

Depois de um dia de viagem para o Ocidente, chegaram ao alto de um monte de onde se via esse vale imenso e aí se fixaram num pequeno povoado, que viria a chamar-se PagusSusannus (Aldeia Susana), que com o decorrer dos tempos se mudou para Susano e depois Susão.

Mas Valongo propriamente dito, ainda não existia, foi a riqueza do seu solo e subsolo que permitiu a fixação de vários povos, entre os quais os romanos. No ano 406, povos vindos dos Pirinéus (Alanos, Vândalos e Suecos) entraram em Espanha começando a distribuir entre si as terras.

Quando os invasores seguiram a estrada de Aguiar de Sousa para Valongo, encontraram os romanos entricheirados na Serra de Santa Justa e na Serra do Raio, defendendo as minas que aqui exploravam. Os romanos resistindo aos ataques inimigos, procuram salvar-se fugindo ao longo do vale que acharam longo, exclamando: VALLIS LONGUS!

Lenda e tradição conjugam-se num esforço de explicação do topónimo Valongo.

O concelho de Valongo é povoado desde o tempo em que Portugal ainda não existia como Estado independente, sendo mesmo de crer que a fixação humana se deu em tempos pré-históricos, existindo como prova alguns

elementos toponímicos: Evanta, Casa de Orça, Monte das Mamoas, etc. Valongo tinha óptimas condições de atracção para que aqui se fixassem comunidades humanas.

“Os primeiros povos que aqui chegaram, e donde descenderam todos os povos que habitavam a Lusitânia, foram os celtas que habitavam o território de França, a quem os latinos chamavam gauili (gauleses).” (Padre Joaquim Alves Lopes Reis, 1904)

A presença dos povos romanos em terras de Valongo está bem referenciada, quer pelo espólio recolhido (Lucernas, vasos de cobre, etc.), quer pelos fojos da mineração romana, dos quais é exemplar o Fojo das Pombas.

Durante os tempos, o povoado de Valongo passou de romanos a suevos, destes a visigodos e posteriormente a mouros, que deixaram o seu nome ligado ao Monte de Santa Justa, conhecida pelo nome de Serra de Cuca-Ma-Cuca. No ano de 807, já Valongo formaria freguesia juntamente com S. Martinho de Campo.

Em 1002 a freguesia de Valongo já existia, tendo sido dado o padroado às freiras do Mosteiro de S. Bento de Rio Tinto, por Afonso Henriques que em 1141, instituiu o couto das terras de Valongo, que nas inquirições de 1258 surgiu integrado nos reguengos da Coroa. O foral manuelino de 1519 concedido à Terra da Maia incluía Valongo sob a designação Valongo da Estrada, por onde transitavam viandantes e almocreves, transportando mercadorias entre o Porto e o interior não servido pelo rio Douro.

As transformações políticas no país, no primeiro quartel do séc. XIX, causadas pelas invasões francesas, as conspirações contra o regime pela estada do Rei D. João VI no Brasil e a revolução liberal, não deixaram imune o concelho, dada a sua proximidade com o Porto. Assim, pela situação propícia à estratégia militar, Valongo interveio num conflito nacional, numa sangrenta batalha - a Batalha da Ponte Ferreira - facto importante na história do país.

Completaram-se já 177 anos sobre a data em que se travou a Batalha de Ponte Ferreira, onde participaram nela aproximadamente 23.000 Homens, sendo de D. Miguel 15.000 e de D. Pedro IV apenas 8.000. Foi em 23 de Julho de 1832 e teve como campo de Batalha o lugar de Ponte Ferreira em Campo – Valongo. No local conserva-se ainda hoje, como então, a ponte de granito pela qual os dois exércitos se debateram, para a travessia do rio.

“ Uma vez chegado a Valongo à frente das suas tropas D. Pedro IV teve conhecimento de que o exército de seu irmão se encontrava instalado numa linha de batalha sobre montes situados por diante da povoação da Granja, na freguesia de Gandra, do outro lado do rio Ferreira, já no Concelho de Paredes.” (Soriano, s/d)

Em 1836, no âmbito da reforma administrativa empreendida no reinado de D. Maria II, Valongo é elevado a concelho composto por 6 freguesias: Alfena, Asmes (actualmente Ermesinde), Gandra, S. Martinho de Campo, Sobrado e Valongo. Em 1947 Gandra é anexa ao concelho de Paredes.

A 20 de Abril de 1837 no Diário do Governo, a rainha D. Maria II, faz publicar a elevação de Valongo à categoria de Vila.

A instabilidade política vivida em Portugal nessa época, fez com que a 11 de Julho de 1867 fosse decretada a extinção do concelho de Valongo, decisão que no entanto foi rapidamente revogada. Valongo foi elevado a cidade em Agosto de 1990 pela Lei n.º 39/90 de Agosto.

### **Caracterização da População**

O concelho de Valongo com uma densidade populacional de 1 134.6 (hab./Km<sup>2</sup>), foi o segundo concelho no interior da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) que mais cresceu em termos populacionais segundo os resultados preliminares do recenseamento geral da população da Região Norte (2011).

Os primeiros resultados dos Censos 2011 indicam que o Concelho de Valongo cresceu 9,0%, valor este apenas superado pelo Concelho da Maia que cresceu 12,4% na última década. O número de habitantes de Valongo em 2001 era de 86 005 e em 2011 passou a ser de 93 858, (Tabela 3), divididos por 33 949 famílias, perfazendo uma média de 2,8 indivíduos por família.

**Tabela 3 – Evolução População Concelho Valongo 1849 - 2011**

População Concelho Valongo (1849 - 2011)							
<u>1849</u>	<u>1900</u>	<u>1930</u>	<u>1960</u>	<u>1981</u>	<u>1991</u>	<u>2001</u>	<u>2011</u>
8 109	11 853	17 239	33 300	64 234	74 172	86 005	93 858

Este crescimento populacional foi sobretudo notório na freguesia de Valongo onde atingiu um aumento de 27,4%, seguido de Alfena (15 211) com 11,4% e de Campo com 6,2%. Por seu turno, nas freguesias de Ermesinde e



Sobrado o crescimento populacional praticamente não se fez notar, mantendo-se as mesmas estáveis com valores de crescimento de 1,3% e 0,7%, respectivamente.

A população estrangeira residente na região Norte é de 51 486 cidadãos, sendo que a maior comunidade estrangeira é a de nacionalidade brasileira, com cerca de 28,5%.

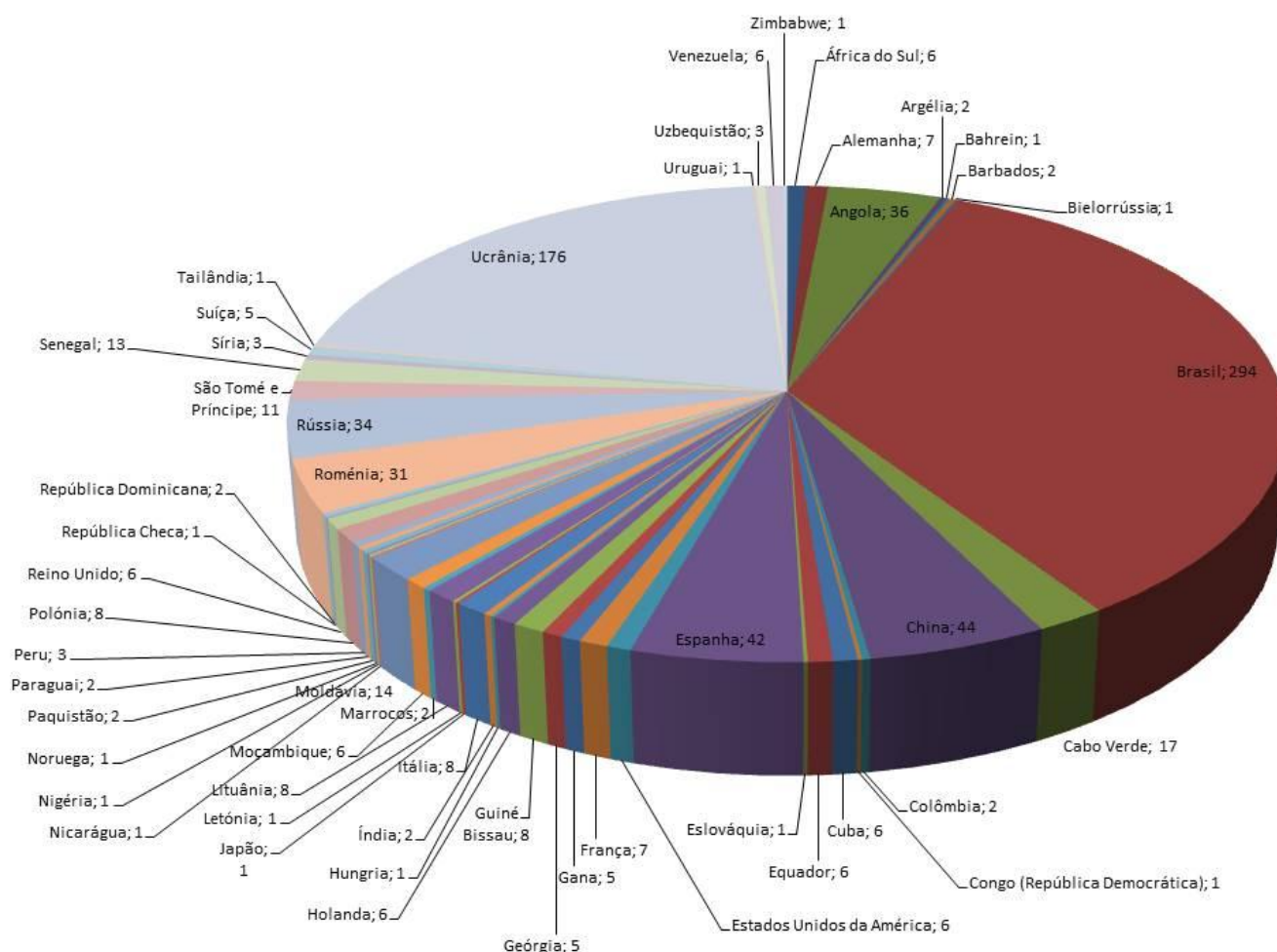
**Tabela 4 – Residentes Estrangeiros Distrito Porto 2011**

<b>Concelhos</b>	<b>Total</b>	<b>TRs</b>	<b>VLDs</b>		<b>H</b>	<b>M</b>
<b>Total Distrito</b>	<b>23.701</b>	<b>23.428</b>	<b>273</b>		<b>11.044</b>	<b>12.657</b>
Amarante	341	341	0		158	183
Baião	43	43	0		20	23
Felgueiras	252	252	0		120	132
Gondomar	1.452	1.452	0		667	785
Lousada	172	172	0		73	99
Maia	1.855	1.855	0		856	999
Marco Canaveses	268	268	0		138	130
Matosinhos	2.750	2.750	0		1.235	1.515
Paços Ferreira	216	216	0		93	123
Paredes	333	333	0		145	188
Penafiel	308	308	0		145	163
Porto	7.603	7.330	273		3.627	3.976
Póvoa de Varzim	854	854	0		404	450
Santo Tirso	381	381	0		164	217
Trofa	513	513	0		262	251
Valongo	860	860	0		403	457
Vila do Conde	1.269	1.269	0		652	617
Vila Nova Gaia	4.231	4.231	0		1.882	2.349

Fonte: <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

No concelho de Valongo, em 2011 residem 860 cidadãos estrangeiros, sendo que 403 são homens e 457 são mulheres. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Estrangeiros residentes no Concelho de Valongo (2011)



A maior comunidade estrangeira a de nacionalidade brasileira, com 294 cidadãos (198 mulheres e 96 homens), logo de seguida a dos Países de Leste com 263 cidadãos (Ucrânia 176, sendo 13 homens e 4 mulheres, Rússia 34, Roménia 31, Moldávia 14, Lituânia 8), a China com 44 cidadãos (24 Homens e 22 Mulheres) e a Espanha com 42 (22 Homens e 20 Mulheres), do Continente Africano um total de 88 cidadãos (Angola 36, Cabo Verde 17, São Tomé e Príncipe 11, África do Sul 10, Guiné Bissau 8 e Moçambique 6).

## Atividades Económicas

Valongo foi até há bem pouco tempo, uma vila essencialmente agrícola situada num extenso vale fértil atravessado por uma “estrada real” que por sua vez era ponto obrigatório de passagem entre a cidade do Porto e o Interior Norte e Nordeste de Portugal.

Graças à riqueza do seu subsolo, uma das primeiras indústrias que aqui floresceram, foi a exploração mineira. À procura do ouro, os romanos escavaram longas galerias na Serra de Santa Justa.

Das minerações ficaram a Santa Justa e a serra do Raio repletas de vestígios, através de minas (ou fojos) de extensas galerias (quilómetros), umas exploradas, outras longe disso, segundo labirínticos trabalhos subterrâneos.

A freguesia de Campo, está catalogada como referência secular do concelho de Valongo, a Necrópole Romana da Corredoura. Os primeiros registos de descobertas de minas de lousa nesta região datam de Setembro de 1834, e a primeira empresa a organizar-se para a sua extração foi a companhia inglesa “TheVallongoSlate&MarbleQuarries”, em 1865.

Outra indústria que aqui floresceu e que muito divulgou o concelho, foi a moagem e a panificação. As padeiras, eram típicas imagens deste concelho que iam já em 1706 abastecer o Porto de pão, pelas ruas do burgo conduziam o burro que transportava a mercadoria, procediam à entrega de numerosas encomendas a casas comerciais ou, de porta em porta, vendiam o produto do seu trabalho a particulares.

Antes da elevação a concelho e vila em paga dos «sacrifícios a que (...) foi obrigada durante as guerras libérias e os prejuízos que resignada mente soube suportar», no séc. XVIII mais de 160 rodas e cem padeiras operaram em Valongo um milagre económico, transformando a povoação em centro abastecedor – com Avintes – do pão que o Porto comia. Além da farinha, surgiu um novo património: **a regueifa**.

## Artesanato

A primeira forma de transformações de matérias-primas em produtos finais fez-se aqui no concelho, como em toda a parte, com recuso ao modo de produção artesanal.

Com o decorrer do tempo, o artesanato que aqui mais se desenvolveu e que chegou aos nossos dias foi o que se relaciona com a produção de brinquedos.

O fabrico dos **Brinquedos de Chapa**, iniciou-se a partir dos anos vinte, nos concelhos do Porto e de Valongo, e chegou aos nossos dias, em regime de artesanato, sobrevivendo apenas com um artesão no concelho de Valongo. Máquinas de costura, carros eléctricos, charretes, carroças, cavalos e cavaleiros, bonecas e bonecos, e tantos outros que foram a alegria de milhares de crianças, por esse país foram, quando não havia computadores nem jogos electrónicos de bolso.

Os **Brinquedos em Madeira**, fabricam-se no Norte de Portugal desde o início do século XX, As principais áreas de fabrico situaram-se nos concelhos de Valongo, Maia, Gaia, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira.

Os brinquedos de madeira são normalmente feitos em madeira de pinho e pintados a cores vivas, de forma a captar a atenção dos mais novos. Entre esses brinquedos destacam-se pombas, ciclistas, camionetas, carros de bonecas e andarilhos.

O Brinquedo de Plástico, com o tempo, substitui o brinquedo de chapa. Os irmãos Penela, que criaram a sigla “PEPE”, são actualmente os mais destacados fabricantes de brinquedos em plástico e em folha, que ainda produzem modelos semelhantes aos brinquedos tradicionais.

Ultimamente, alguns artesãos começaram a trabalhar numa matéria que é genuinamente valonguense – a **ardósia**. Desta pedra natural, arrancada na freguesia de S. Martinho de Campo, faz-se uma enorme variedade de objectos, como sejam lousas escolares, relógios, cinzeiros, porta-chaves, tabuleiros, esculturas, e muitos outros artefactos.

### **Festas e Romarias**

Em todo o Concelho de Valongo existem cerca de 24 festas populares todas de âmbito religioso sendo a que mais se destaca a Festa de S. João de Sobrado: “**A Bugiada**”.

A Festa da Bugiada é uma manifestação popular tradicional que se realiza anualmente, no dia 24 de Junho, sob a invocação de São João, na vila de Sobrado, município de Valongo. Festa que se reporta a uma tradição medieval e

que narra a disputa entre Cristãos e Mouriscos pela posse da Imagem de S. João, desenrola-se na rua, e os actores, que habitualmente ultrapassam as seis centenas, são pessoas da freguesia.

Tem por detrás uma lenda transmitida oralmente de geração em geração, que remontaria ao tempo em que os muçulmanos ocuparam boa parte da Península Ibérica. Essa lenda dá conta da disputa de uma imagem milagrosa de São João, detida pelos bugios, a que os mourisqueiros pretenderiam também recorrer para salvar a filha do seu rei.

O cariz popular e a originalidade da Bugiada, levou já muitos jornalistas nacionais e estrangeiros a considerarem esta manifestação como um riquíssimo fenómeno antropológico e etnográfico.

### **Instituições Culturais/Recreativas**

No sentido de colmatar a ausência de infra-estruturas culturais nas freguesias do Concelho, a Autarquia direccionou todos os seus esforços para a criação de recintos culturais novos e a dinamização dos já existentes.

Todos os espaços culturais têm uma programação sistemática, da dança ao teatro, música, cinema, ópera, conferências, fantoches, folclore e o ilusionismo, com o objectivo de fidelizar a população, contribuindo para que o acesso à Cultura esteja ao alcance de todos e consequentemente melhorar a qualidade de vida.

**Arquivo Histórico:** situado em pleno centro da cidade de Valongo, ocupa o Edifício dos Antigos Paços do Concelho. O espaço e serviço de Arquivo existiram desde sempre, como prova o projecto de adaptação do imóvel para instalar a Câmara, que data de 1874. Desenvolve a sua actividade em prol da comunidade nas áreas da: gestão, organização e tratamento documental; investigação histórica; acesso à informação; protecção, preservação e divulgação do património arquivístico do Concelho.

**Biblioteca Municipal:** de moderna concepção arquitectónica, situa-se na Avenida do Conhecimento na Nova Centralidade de Valongo. Inaugurada a 17 de Junho de 2005 foi considerada pela Faculdade de Arquitectura do Porto como um “Edifício Inteligente”. Com amplas áreas de cultura e lazer, a Biblioteca oferece a todos que a visitam, uma diversidade cultural e de suportes

informativos, fruto da candidatura ao Ministério da Cultura Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

**Centro Cultural de Alfena:** Antigo edifício da Escola Primária da Igreja, mandado erigir pelo Comendador Manuel Martins Ferreira de Matos, em memória de sua filha. Com características do formulário arquitectónico dos anos 30, foi inaugurado em 27 de Junho de 1927, albergando duas escolas (feminina e masculina), a ser exemplo do que viria a ser norma estabelecida no regime do Estado Novo. A recuperação e adaptação do edifício estão dotadas de um auditório com 72 lugares, com palco, biblioteca, sala de leitura, sala polivalente de exposições, auditório ao ar livre. Aberto ao público desde 30 de Junho de 1999.

**Centro Cultural de Campo/ Museu da Lousa:** Foi inaugurado a 27 de Outubro de 2001, tem uma área museológica; dois auditórios, um interior e outro ao ar livre, onde decorrem várias actividades, desde o teatro às variedades, passando pela música e pelo cinema. O Museu da Lousa, é único no país, com uma área museológica que ganha corpo em três casas de média dimensão, construídas segundo as técnicas tradicionais do trabalho em ardósia, assim como o muro envolvente.

**Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada:** antigo Centro Cultural de Sobrado, centro destinado ao estudo e investigação da Bugiada e Mouriscada do S. João de Sobrado, uma das maiores e mais genuínas manifestações culturais do país, assim como ponto de ligação com as suas congéneres festas de mouros e cristãos, a nível mundial.

**Fórum Cultural de Ermesinde:** um espaço dedicado à cultura e às artes, abriu as suas portas no dia 18 de Maio de 2001. Este edifício integra a memória do passado da cidade, pois trata-se da antiga Fábrica de Cerâmica, que foi fundada e iniciou a sua actividade em 1910 sob a designação de Empresa Industrial de Ermesinde, dedicando-se ao fabrico da telha tipo marselha e tijolo vulgar. Depois de várias intervenções, este espaço foi adquirido pela Câmara Municipal de Valongo que o adaptou a Fórum Cultura. Da construção original, o espaço melhor conservado foi o antigo Forno da Cerâmica, agora utilizado como galeria museológica. Para além deste espaço, existe ainda uma galeria de exposições temporárias de diferentes vertentes artísticas e possui a maior Casa de Espectáculos concelhia, com capacidade para 302 lugares.

**Fórum Cultural VallisLongus:** situa-se no centro da cidade de Valongo, com uma pluralidade de espaços que abrange um Foyer, Área de Exposições, Sala de Artes com capacidade para 2002 lugares sentados e Auditório, com capacidade para 180 lugares sentados, cenários de actividades diversas, que vão desde os encontros de teatro amador até aos espectáculos de variedades, sessões cinematográficas, bem como exposições.

**Museu Municipal:** encontra-se instalado num edifício mandado construir por Bernardo Martins da Nova, nos inícios do séc. XIX, ao qual foi acrescentada a capela de S. Bruno em 1825. Em 1836, com a elevação de Valongo a Concelho, nele foi instalada a sede da Câmara, no ano seguinte, sendo transferida para as actuais instalações, em 1989. Pelo seu valor histórico e arquitectónico nasce a ideia de proceder à sua remodelação, de modo a torná-lo apto para a instalação do Museu Municipal. Foi inaugurado a 1 de Junho de 2001, como museu de história local.

**Nova Vila Beatriz** – Este belo edifício, pertenceu a um grande industrial de Ermesinde, Luís Soares, já falecido, mostra uma curiosidade traça arquitectónica e tem certa nobreza, com vistosos painéis de azulejos. Situada no centro de Ermesinde, a Vila Beatriz, com cerca de 2000 m<sup>2</sup>, é composta por um conjunto de equipamentos e serviços públicos. Transformada em Biblioteca e Casa da Juventude, é composta por um conjunto de equipamentos e serviços públicos. Este espaço funciona para actividades lúdico-sociais da cidade.

**Núcleo Museológico da Panificação:** aberto ao público desde 21 de Março de 2005, está instalado no moinho de Ponte Ferreira. Alberga um conjunto de instrumentos, fotografias e esquemas que descrevem o ciclo da panificação, desde o amanho da terra até ao fabrico do pão e do biscoito.

### **Atividades Culturais**

Considerando que uma das competências do Município é a dinamização das associações locais, promovendo a sua “cooperação” e de manter o associativismo como um espaço de afirmação na comunidade, a Divisão da Cultura consciente da sua função no meio associativo tem vindo a desenvolver, ao longo dos anos, vários tipos de parcerias que no conjunto das suas actividades promovem iniciativas de qualidade que passam pela dança, teatro, música, folclore.

Assim o **Departamento da Cultura Turismo e Património Histórico**, através da Divisão da Cultura, promove durante o ano várias atividades de Animação Cultural em todo o Concelho, como por exemplo:

**Expoval**, a Câmara Municipal de Valongo e a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho promovem, de 2 em dois anos a Mostra das Atividades Económicas do Concelho de Valongo, com a presença dos empresários mais significativos do Concelho e com mostra de produtos.

**Feira da Regueifa e do Biscoito & Mercado Oitocentista**, dar a conhecer ao mundo não só os reis da gastronomia valonguense, a regueifa e o biscoito.

**Feira do Livro e das Artes do Concelho**, certame dedicado à promoção do Livro e da Leitura e inclui também espaços dedicados às Artes e à Gastronomia.

**MagicValongo** – certame internacional de Magia, que para além dos mais diversos espectáculos, os mágicos, efectuem o seu congresso e a sua feira;

**Marchas Populares de S. João**, cumprindo a tradição que já enraizou na memória colectiva da população do Concelho, na noite de 23 de Junho, as Marchas Populares vão para à rua;

**Mostra de Teatro Amador**, durante mais de dois meses, as salas municipais de cultura e espectáculos são o palco da edição da Mostra de Teatro Amador do Concelho de Valongo;

**Mostra Internacional de Teatro**, paralelamente ao projecto de criação o ENTREtanto TEATRO organiza anualmente, desde 1998, o **ENTREtanto MIT Valongo - Mostra Internacional de Teatro**. No festival já participaram diversas companhias de diferentes proveniências (Brasil, Espanha, Portugal, Alemanha, França, Suíça, Cabo Verde, Itália, Bélgica, Moçambique, Holanda, Guiné Bissau e República Checa).A Mostra de Teatro Internacional conseguiu, ao longo destes anos de edições consecutivas, homenagear o Teatro e contribuir através do intercâmbio cultural e da troca de experiências para a crescente descoberta e intensificação criativa. Esta mostra reúne a apresentação de espetáculos de teatro, café-teatro, uma oficina destinada à formação contínua de atores e ainda, a homenagem a profissionais e carreiras que são marco pela sua entrega e dedicação ao Teatro.



## **Associações Culturais**

**Associação Cultural O ENTREtanto Teatro**, que iniciou sua actividade em 1994, na cidade do Porto. Desde a sua fundação que esta companhia tem apostado e defendido uma política cultural descentralizada. Assim, em 1996 passou a ter sede em Valongo, por via de um protocolo de Cooperação Cultural, estabelecido com a autarquia deste Concelho. A partir desse momento, o ENTREtanto TEATRO alargou a sua área de acção passando a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento local, responsabilizando-se pela produção de espectáculos e eventos culturais, formação de públicos e de potenciais actores, promovendo e divulgando actividades artísticas e culturais no Concelho;

**Banda de Música de Campo**, Campo: A Banda Musical de S. Martinho de Campo é uma colectividade cultural, artística e recreativa, fundada em 1929 pelo Sr. José Teixeira Ferreira, tendo feito a sua primeira actuação em público em 27 de Março desse mesmo ano. Constituída por cerca de 100 elementos, a Banda Musical de S. Martinho de Campo dedicou-se desde sempre à animação de romarias, festividades, concertos e, acima de tudo, ao ensino de uma das Artes mais belas que existem no mundo.

**Rancho Folclórico “As Padeirinhas do Susão”**, inaugurado a 27 de novembro de 1968, possui a sua Sede Social em Susão/Valongo. As suas atividades centram-se na recolha de danças e cantares, usos e costumes, e divulgação dos mesmos. Mantém uma escola ativa de instrumentos populares com dois dias por semana, com aprendizagem de instrumentos tais como o acordeão, viola braguesa, cavaquinho, violão, reco-reco, bombo, ferrinhos e pandeireta.

A casa do Bugio, Sobrado; **Associação Académica e Cultural de Ermesinde**; **Associação Cultural e Recreativa VallisLongus**, Valongo; **Associação da Centre asa do Povo de Sobrado**, Sobrado; **Associação de Teatro Susanense**, Valongo; **Associação Académica «Casca de Nós»**; **Associação Promoção do Calvário**, Campo; **Associação Recreativa e Cultural da Azenha**, Campo; **Associação Social e Cultural de Sobrado**, Sobrado; **Centro Recreativo Estrelas da Balsa**, Sobrado; **“EducaSom”** - Associação de Artes e Cultura de Valongo; **Grupo Brilho da Devesa**, Sobrado; **Grupo de Teatro «Fora D’Horas»**, Ermesinde; **Grupo Dramático e Recreativo da Retorta**, Campo; **Grupo Instintos Radicais**, Sobrado; **Moto-club de Sobrado**, Sobrado; **Rancho Etnográfico de Danças e**

**Cantares Regionais do Norte;**Rancho Folclórico de Santo André, Sobrado (através de trajes, danças e cantares, cenários ligados ao tratamento do linho, às ceifeiras e às desfolhadas);**Rancho Regional de Campo**, Campo;**Grupo "Essência do Oriente"**, de Dança Oriental, em Valongo; **Centro de Dança de Valongo**, Ballet, Dança contemporânea, e outras...

### **Instituições Desportivas e Educativas**

Em todo o Concelho existem diversas infra-estruturas desportivas, todas as freguesias têm um campo de jogos, campo de ténis, Pavilhão Gimnodesportivo, Piscina Municipal, campo de Minigolfe diverso Polidesportivos.

No Concelho de Valongo existe um elevado número de estabelecimentos escolares oficiais destinados aos graus de ensino.

Do ponto de vista da organização do território educativo, no ano letivo 2014/2015 existem no concelho de Valongo 6 Agrupamentos de Escolas, Escolas de Alfena, Escolas de Campo, Escolas de Valongo, Escolas S. Lourenço, Escolas de Ermesinde, e Escolas VallisLongus, Valongo.

A Escola Profissional PROFIVAL, e outros serviços da Área da Educação: Gabinete de apoios educativos, Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Valongo – FAPEVAL, C.R.V.C.C. – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – ADICE, como **Centros de Apoios Psicopedagógicos**: CLIDUCA – Centro Psicopedagógico e Terapêutico, Crescer Aprendendo – Centro de Psicologia de Ermesinde, Desempenho – Centro Terapêutico, MNP – Centro de Psicologia, Lda.

### **Instituições Sociais**

A implementação de instituições de cariz social existe no Concelho para promover a cooperação, a participação e o envolvimento das instituições públicas e privadas na detenção e resolução dos problemas da população.

São exemplos, a AAEVA – Associação de Apoio á Deficiência de Valongo; ADICE – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde; A. P. S. C. Ermesinde; Centro de Acolhimento Mãe d'água; Centro de Apoio à Vida; Centros de Dia em todas as freguesias; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo; Comunidade de inserção; Instituto Bom Pastor; MAPA – Associação Mulheres a Preparar o Amanhã; Rotaract de Ermesinde e de Valongo; e Rotary de Ermesinde e Valongo, entre outras.

## **Agência para a Vida Local**

A Agência para a Vida Local, é um serviço totalmente gratuito que visa informar a comunidade local acerca dos recursos existentes no concelho de forma eficaz e eficiente, contribuindo assim para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. Desenvolve ainda ações de educação não-formal no âmbito da promoção dos direitos humanos, igualdade e cidadania ativa e inclusiva. Visando cumprir este objetivo a curto prazo, coloca à disposição dos munícipes uma diversidade de serviços gratuitos que constituem informações e soluções de carácter profissional, pessoal e familiar.

Desenvolve ainda ações de educação não-formal no âmbito da promoção dos direitos humanos, igualdade e cidadania ativa e inclusiva.

**Banco de Tempo**, Iniciativa que visa facilitar o dia-a-dia dos/as munícipes promovendo a participação ativa na vida na comunidade através da troca de tempo. Cada pessoa que esteja disposta a dar uma hora do seu tempo para prestar um conjunto de serviços não profissionais recebe em retribuição uma hora para utilizar em benefício próprio.

**Clube de Emprego e Formação**, que visa fomentar a formação, a qualificação e a (re)inserção profissional de munícipes do concelho de Valongo bem como a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Visa ainda apoiar as entidades empregadoras na procura de recursos humanos adequados às suas necessidades.

O **Espaço Infantil Imediato** é uma resposta que visa fomentar a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar, apoiando encarregados/as de educação quando têm necessidade de se deslocar a serviços (médicos, financeiros, sociais, etc.) ou realizar atividades diversas, acolhendo as crianças num espaço concebido para o efeito.

**Espaço Internet**, local público e de acesso gratuito à Internet, que pretende dinamizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) junto dos e das munícipes, principalmente das pessoas que menos contacto têm com este meio.

**Mediação Local – Gabinete de mediação de conflitos**, serviço totalmente gratuito, tem como missão ajudar as partes envolvidas em litígios a chegar a um acordo que seja mutuamente satisfatório para ambas, recorrendo à ajuda de um terceiro elemento isento e imparcial que é o/a Mediador/a.

**Primeiro Passo**, serviço gratuito que visa contribuir para combater a violência exercida diretamente sobre as mulheres e/ou homens no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. O **Serviço ao Cidadão e Consumidor** é um serviço gratuito que visa informar e formar consumidores/as acerca dos seus direitos e deveres, auxiliá-los/las na resolução de problemas de consumo e mediar conflitos relacionados com esta temática.

O **Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes** (CLAI) de Valongo, que partilha desde Outubro de 2004 a missão de “Acolher e Integrar” assumida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, tendo constituído o primeiro serviço deste género no Norte do país sob a responsabilidade de uma autarquia.

Tem como objectivos, disponibilizar informação e orientação à população imigrante no que diz respeito ao esclarecimento dos direitos e deveres, à lei da imigração, ao reagrupamento familiar, ao acesso à saúde, à educação, ao reconhecimento de habilitações e competências, à lei da nacionalidade portuguesa e ao retorno voluntário; fornecer informação sobre o concelho de Valongo e os recursos disponíveis; desenvolver iniciativas locais de promoção do acolhimento e da integração das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa.

Entre as várias atividades desenvolvidas destacam-se: Conferências; Espetáculos Interculturais; Mundo Mistura – Festival pela Interculturalidade (desde 2008), envolvendo várias entidades e associações de imigrantes, numa cooperação salutar; programa de sensibilização e educação de públicos estratégicos para a interculturalidade, Educação Intercultural com Jovens, Formação de Docentes para a Interculturalidade, e a Biblioteca Humana.

O prémio “Melhores Práticas Autárquicas 2010”, atribuído pela “Plataforma Imigração”, é mais um reconhecimento do trabalho que a Agência para a Vida Local da Câmara Municipal de Valongo tem desenvolvido no apoio à integração da comunidade imigrante residente no concelho de Valongo.

## **3.2. Biblioteca Municipal Valongo**

### **Caracterização Institucional**

A BMV é serviço público de natureza informativa, cultural e educativa da Câmara Municipal de Valongo, na dependência directa do Departamento da Cultura Turismo e Património Histórico, Divisão do Património Histórico e Bibliotecas e Turismo, que se destina a toda a população do Concelho de Valongo.

A Biblioteca Municipal de Valongo está situada na cidade de Valongo, Avenida do Conhecimento, na nova centralidade, a 1 km do centro da cidade. (Anexo 2)

É um espaço criado de raiz, com uma área bruta de 2013,5 m², num terreno e edifício propriedade da Câmara Municipal. O projecto de arquitectura foi da responsabilidade de dois técnicos da Câmara Municipal: João Paulo Barros e António Lencastre Pinto.

É considerada pela CCDRN como um dos melhores equipamentos do país e pelo corpo da Faculdade Engenharia da Universidade do Porto como um “edifício inteligente”.

### **História**

A 19 de Novembro de 1989, por proposta do Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr. João Moreira Dias, surge a Biblioteca Municipal de Valongo.

Para instalações serviu o espaço do Sector da Cultura, pertencente á Câmara deste mesmo Concelho, situado no 2º andar do Centro Comercial VallisLongus, na Avenida 5 de Outubro em Valongo.

Os Fundos bibliográficos constituíram-se a partir dos livros existentes no depósito da Câmara, sendo na sua grande maioria boletins municipais, e posteriormente pela transferência do fundo bibliográfico da Fundação Calouste Gulbenkian, que se encontrava na Junta da Freguesia desta cidade.

Entretanto é cedido oficialmente o acervo desta mesma Fundação mas referente à Biblioteca Itinerante que nestes inícios circulava pelo Concelho, mas que não está em circulação, desde 2000.

No dia 10 de Agosto de 2001, pela 11 horas da manhã, teve lugar a cerimónia de lançamento da primeira pedra, da actual Biblioteca Municipal de Valongo.

A 17 de Junho de 2005 foi a inauguração da Nova Biblioteca de Valongo, fruto da candidatura ao ministério da Cultura – Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas.

Tendo em conta o número da população, optou-se de acordo com a Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, por uma Biblioteca Municipal Tipo 2 (BM2) e não (BM3), uma vez que o Pólo de Leitura de Ermesinde inserido no Centro Sócio Cultural (Nova Vila Beatriz), daria apoio a uma população com cerca de 40 000 habitantes.

A Biblioteca hoje com quase dez anos de existência é complementada pelos diferentes Pólos de Leitura concelhios:

**Nova Vila Beatriz:** este espaço nobre da cidade de Ermesinde foi totalmente remodelado em 2005 sem, no entanto, perder as características.

Este espaço contempla no piso 0, o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, que é composto por uma sala de multiusos (sala da lareira) para cerca de 30 pessoas, onde se realiza conferências, debates e acções de formação, ateliês de sensibilização ambiental, e algumas actividades promovidas pela Biblioteca Municipal, como os “Sábados Fantásticos”, a “Hora do Conto”, entre outras actividades.

A seguir à Biblioteca Municipal é o maior Pólo de Leitura, o espólio bibliográfico é constituído por vários temas, abrangendo as áreas do conhecimento humano, existindo livros, álbuns ilustrados, contos, jornais e cassetes de vídeos e CD’s. A nível de acervo documental possui cerca de 2300 obras.

**Pólo de Leitura de Alfena:** instalado no Centro Cultural de Alfena, que dispõe de uma área de exposições, auditório, um pequeno bar e o Pólo de Leitura com secção infanto-juvenil e secção adultos. O mobiliário é confortável, de cores vivas e atractivas, e o espólio bibliográfico, é constituído por vários temas, abrangendo as áreas do conhecimento humano, existindo livros, álbuns ilustrados, contos, jornais e cassetes de vídeos e CD’s. A nível de acervo documental possui cerca de 2300 monografias. Todos os meses, na primeira quinta-feira do mês, realiza-se a “Hora do Conto”.

## Objectivos

O objectivo da Biblioteca Municipal de Valongo é promover o livro e a leitura, permitir o acesso à informação, proporcionando a descoberta e o desafio, através das actividades culturais, somente ou em colaboração com outras Instituições. Com a finalidade de contribuir para a melhora da qualidade de vida e para a democratização da sociedade, a biblioteca possibilita a livre circulação de informação e de ideias, a criação de iguais oportunidades para todos, tendo como objectivos prioritários a educação, a informação, a cultura e o lazer.

São objectivos gerais da Biblioteca segundo o regulamento:

- Estimular o gosto pela leitura e a compreensão do mundo em que vivemos;
- Criar condições para a fruição literária científica e artística, desenvolvendo a capacidade crítica do indivíduo;
- Conservar, valorizar e difundir o património escrito, sobretudo o relativo ao fundo local, contribuindo para fortalecer a identidade cultural da comunidade;
- Fornecer documentação relativa aos vários domínios da actividade, de todo o cidadão e os diferentes grupos sociais necessitam no seu quotidiano;
- Difundir a informação útil e actualizada, em diversos suportes e recorrendo á utilização das novas tecnologias.

Estes objectivos visam a aplicação dos princípios contidos no Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas:

“ O presente manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública como força viva ao serviço da Educação, da Cultura e da Informação e como instrumento indispensável ao desenvolvimento da paz e da compreensão internacional.” (Manifesto da UNESCO)

## **Regulamento**

A Biblioteca Municipal rege-se por um Regulamento próprio, publicado em Diário da República. (Apêndice n.º 110, II Série, n.º 153, de 10 Agosto de 2005). Aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Junho de 2005, com a assinatura a 6 de Julho de 2005 do Presidente da Câmara, Fernando Horácio Moreira P. de Melo.

Atendendo à actividade a desenvolver e aos serviços a prestar pela Biblioteca Municipal, a Biblioteca sentiu necessidade de estabelecer normas que regulam o funcionamento, nomeadamente no que diz respeito ao acesso á biblioteca, consulta e utilização de documentos, a requisição e utilização domiciliária, os prazos e, em especial os direitos e deveres dos utilizadores deste equipamento cultural.

A admissão como utilizador é gratuita e faz-se mediante o preenchimento de uma ficha de inscrição e a apresentação do Bilhete de Identidade ou outro documento oficial, uma fotografia a cores tipo passe e um comprovativo de residência.

O cartão de utilizador faculta, desde o acto de inscrição, a consulta local ou domiciliária do fundo documental da Biblioteca Municipal.

## **Acervo Documental**

Inicialmente o fundo bibliográfico de monografias e periódicos da Biblioteca Municipal, era de 200 livros.

Posteriormente os seus fundos foram enriquecidos com a aquisição de 3.000 livros, por conta no mercado.

Desde então o Fundo Bibliográfico está em permanente enriquecimento e no Plano e Orçamento Anual são sempre propostas verbas a despender com a aquisição bibliográfica, manutenção de equipamentos e actividades de extensão cultural.

As aquisições são feitas pelos serviços da Biblioteca conforme as lacunas no acervo bibliográfico, as exigências dos utilizadores e novidades pertinentes.

Actualmente o fundo desta Biblioteca Municipal é constituído por:

Fundo Geral: cerca de 43 000 volumes (34.500 Adulto + 8 500 Infantil);

Periódicos: cerca de 7.311 volumes;

Multimédia (CD, CD-Rom, DVD, VHS): cerca de 3.800 volumes.



Estando disponível no catálogo de acesso ao público, cerca de 30.000 documentos tratados e informatizados, pelo sistema informático de Gestão Documental GIB.

Os Periódicos que se podem consultar na Biblioteca são: Jornal de Notícias, O Jogo, Expresso e jornais locais e de outros concelhos, como também revistas científicas e revistas municipais, boletins municipais, etc.

Obs.: O fundo documental da Biblioteca Municipal de Valongo continua em processo de informatização e está em constante enriquecimento.

### **Recursos físicos**

A Biblioteca Municipal caracteriza-se por um edifício com espaços e equipamentos modernos e atractivos. Como se pode observar na planta, a Biblioteca Municipal é constituída pelas seguintes áreas funcionais:

#### **Áreas exteriores**

- Praça, um espaço exterior bastante agradável, rodeado de árvores;
- Espelho de água;
- Auditório ao ar livre, onde se realizam actividades durante o verão, com cerca de 500 lugares.

#### **Áreas interiores**

Uma cave destinada a compartimentos técnicos e camarins;

#### **No andar Térreo:**

- Átrio: um espaço de acolhimento, é através do átrio que se estabelece a relação interior/exterior do edifício e se tem acesso a todas as áreas do serviço público, onde se realizam diversas exposições;
- Balcão de Atendimento: onde se procede o entendimento, orientação e primeira informação do público, assim como a gestão integrada do empréstimo, ao atendimento telefónico; inscrição do utilizador e a toda uma série de tarefas inerentes ao conteúdo funcional de uma recepcionista.
- Sala Polivalente, área destinada à realização de um conjunto heterogéneo de actividades, com capacidade de 100 lugares sentados;
- Um pequeno Bar, em funcionamento para utilizadores e funcionários da Biblioteca.
- Cais de descarga;
- Sanitários;

- Sala de manutenção;
- Depósito de documentos, destina-se essencialmente a alojar a documentação que não pode estar em livre acesso nas salas de leitura. Tem duas funções básicas: Conservação, que consiste em guardar documentos poucos procurados, duplicados, doações, etc. E de Difusão, para armazenamento dos documentos destinados às bibliotecas complementares;

**Primeiro andar** (acesso ao público):

- Secção adulta: ocupada com estantes, contendo a documentação em livre acesso destinada ao empréstimo domiciliário ou pesquisa presencial, com uma variada colecção de publicações organizadas por assuntos. Inclui:

Zona de periódicos, onde podem ser consultados os jornais diários, semanários e revistas de divulgação geral;

Zona de consulta local e referencial, destinada à leitura na Biblioteca;

Zona de auto-formação, onde os utilizadores de computadores com acesso à Internet;

Zona do Fundo Local, onde se encontram as monografias e revistas sobre o Concelho;

- Instalações Sanitárias: Adultos e Infantil;
- Secção infanto-juvenil: constitui-se como espaço independente da secção dos adultos, é organizada em duas zonas distintas adequadas aos diferentes grupos etários, infantil e juvenil, cada uma delas com um tipo de mobiliário adequado (pufes, almofadas, mesas e cadeiras de tamanhos adequados), este espaço pretende recriar ambientes ligados ao imaginário infantil, existindo uma área destinada à utilização de jogos educativos.

Os álbuns ilustrados são apresentados em caixas, destinados aos mais pequeninos.

Existem cantos para leitura informal e em grupo, tanto para os mais novos, com sofás e cadeiras pequenas, como para os mais velhos, com mesas e cadeiras adequadas à idade.

Possui computadores para consulta de documentos electrónicos, para acesso à internet, é possibilitado o acesso individual a documentos sonoros ou audiovisuais, com a utilização de auscultadores.

Esta secção inclui uma área de animação, destinada a actividades em grupo:

- Sala do Conto, onde se realiza a leitura/dramatização de histórias tradicionais ou não, e projecção de filmes;

- Sala de Expressão, destinada a actividades como pintura, desenhos colagens, contém duas mesas rectangulares com 25 cadeiras e um lavatório com água corrente;

#### **Segundo andar:**

##### **Acesso ao público**

- Secção da Multimédia: possibilita a audição de música e visionamento de CD-ROM, acesso à Internet, consulta de obras de referência.

##### **Acesso restrito**

- Gabinete de trabalho da coordenadora da Biblioteca Municipal;
- Gabinete de trabalho da bibliotecária;
- Sala de Tratamento Técnico, zona onde os documentos são recebidos, desempacotados, conferidos, separados de acordo com o seu destino dentro da Biblioteca ou nos Pólos de leitura, e realização de algumas operações de simples identificação ou de manutenção, como carimbagem, registo, aposição de cotas;

- Sala de reuniões;
- Sanitários;
- Servidor de informática;
- Mirante;

#### **Serviços da Biblioteca**

Entre outros a Biblioteca Municipal disponibiliza aos utilizadores: Atendimento ao Público: em todas as salas existe um responsável pela secção para atendimento ao público, para colocação dos utilizadores nos PC, colocação de DVD'S e CD's ROM, para empréstimo domiciliário e apoio aos utilizadores; Livre acesso às colecções; Empréstimo Domiciliário, cada utilizador registado como sócio da Biblioteca Municipal e Pólos de Leitura pode requisitar até três obras, por um período de 15 dias, renovável por mais 15 dias; Catálogo informatizado; Acesso à Internet; Reprodução de documentos; Empréstimo Interbibliotecas; e Actividades de promoção cultural.

Todos os serviços da Biblioteca são gratuitos, com excepção de tudo o que é tabelado e conste no regulamento da Biblioteca, como por exemplo o serviço de Reprografia e impressão.

## Actividades de Extensão Cultural

Assumindo-se, como veículo receptor e orientador dos Pólos de Leitura integrados nos vários Centros Culturais do Concelho, a Biblioteca Municipal é responsável por uma vasta amálgama de actividades de extensão cultural, promoção de exposições, colóquios, conferências, sessões de leitura e outras actividades de animação cultural:

- **Apresentação e Lançamentos de Livros;**
- **Datas Comemorativas:** Dia Internacional da Mulher; Dia Mundial da Poesia; Dia Internacional do Livro Infantil; Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor; e Aniversário da Biblioteca Municipal;
- **Feira do Livro do Concelho**, iniciativa que aposta, por excelência, na promoção do livro e da leitura, inclui presenças de escritores convidados, lançamentos e apresentações de obras, oficinas de expressão plástica, e todos os dias com animação à noite;
- **“Os Escritores visitam a Biblioteca”**, actividade emblemática que aposta na vinda ao concelho de importantes nomes ligados à literatura nacional de expressão oficial portuguesa, nomes como, Rosa Lobato Faria, José Hermano Saraiva, Miguel Sousa Tavares, Rita Ferro, Ana Zanatti, José Luís Peixoto, Marcelo Rebelo de Sousa, Mia Couto, Júlio Magalhães, Daniel Sampaio, António Lobo Antunes, Pacheco Pereira, José Eduardo Agualusa, Hélia Correia, etc;
- **“Café com Letras”**, iniciativa onde o grande objectivo é proporcionar o contacto directo e a troca de ideias e de experiências com individualidades de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa da cultura, desporto, saúde, televisão, etc.
- **“Férias na Biblioteca”**, com um intuito de assegurar uma ocupação salutar dos tempos livres no período de férias escolares, a Biblioteca Municipal promove para crianças e jovens actividades lúdicas e criativas, com recurso à expressão artística sobre temas relacionados com a música, a química e a literatura;
- **Horas do Conto**, encarado como um desafio às escolas, as crianças dramatizam-se histórias tradicionais.
- **Sábados Fantásticos**, há sábados com magia, teatro, leitura animada, acções de sensibilização, música, palhaços...

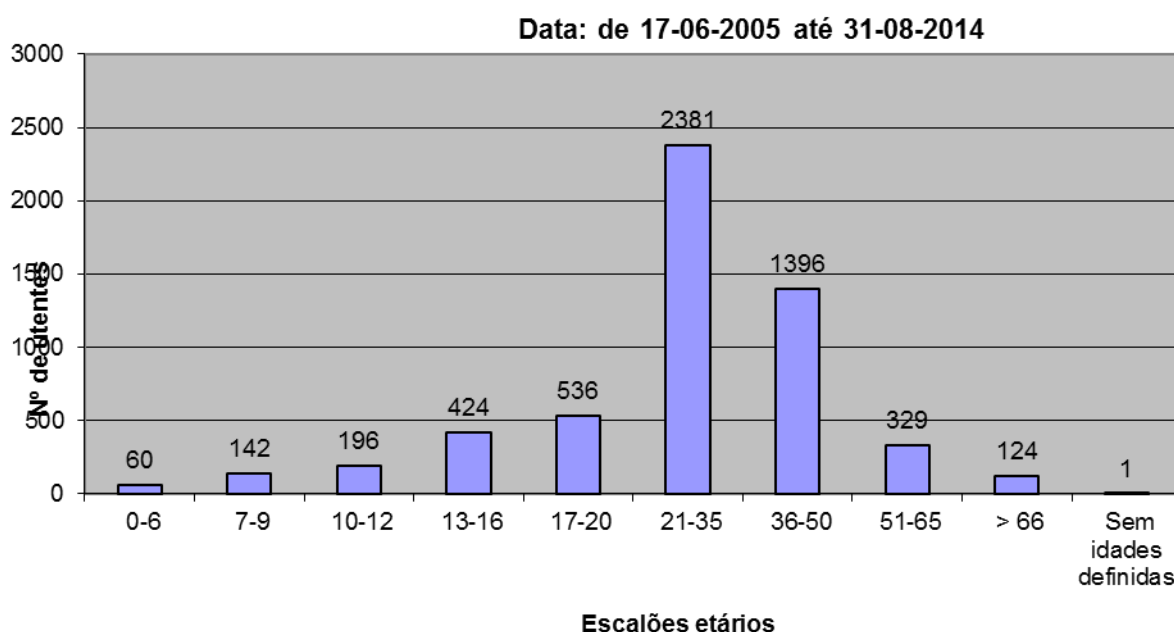
### 3.3. Caracterização dos utentes da BMV

Com quase dez anos de existência a BMV, apresenta um total de 5586 utentes inscritos. Os diferentes utentes inscritos na Biblioteca Municipal, agrupam-se da seguinte forma, até ao dia 31 Agosto de 2014:

- 0-12 anos - 397 utentes, sendo 227 do sexo feminino e 169 do sexo masculino;
- 13-17 anos – 554 utentes, sendo 320 do sexo feminino e 232 do sexo masculino;
- >18 anos – 4590 utentes, 2737 do sexo feminino e 1851 do sexo masculino;
- Sem idades definidas – 45 utentes, 23 do sexo feminino e 21 do sexo masculino, e 1 como instituição.

Os utentes com as idades compreendidas entre 21-35 anos, como se verifica no gráfico 3, apresentam um elevado número de inscrições, com um total de 1979 utentes, seguindo-se os leitores com idades compreendidas entre os 36-50 anos, com 863 inscritos. De salientar que apenas 90 utentes, com mais de 65 anos, estão inscritos na BMV.

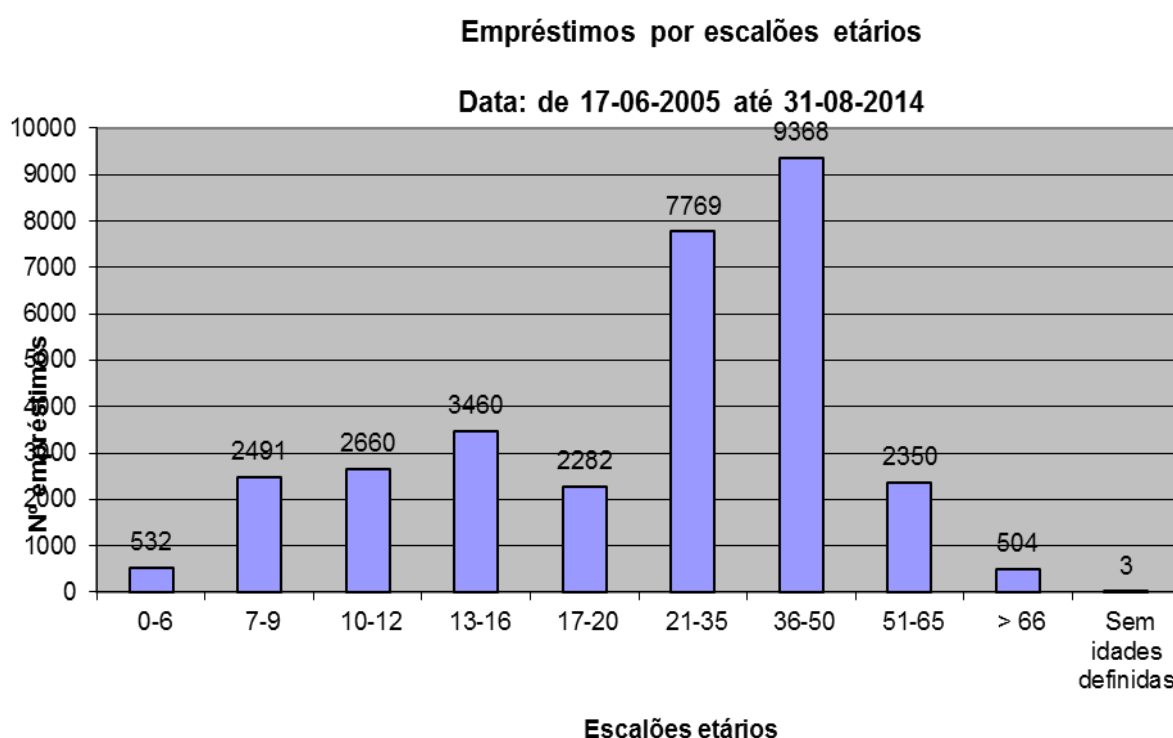
Gráfico 3 – Totais de utentes inscritos agrupados por escalões etários.



O empréstimo domiciliário, um dos serviços da Biblioteca Municipal de Valongo, efectua-se pelos diversos escalões etários, que segundo os dados apresentados no gráfico 4, verifica-se que, os utentes com as idades compreendidas entre os 36-50 anos, são os que têm mais hábitos de leitura, pois apresentam um total de 9.368 empréstimos domiciliários, durante estes anos de existências, seguindo-se os utentes, com as idades compreendidas entre os 21-35 anos, com um total de 7.769 empréstimos domiciliários.

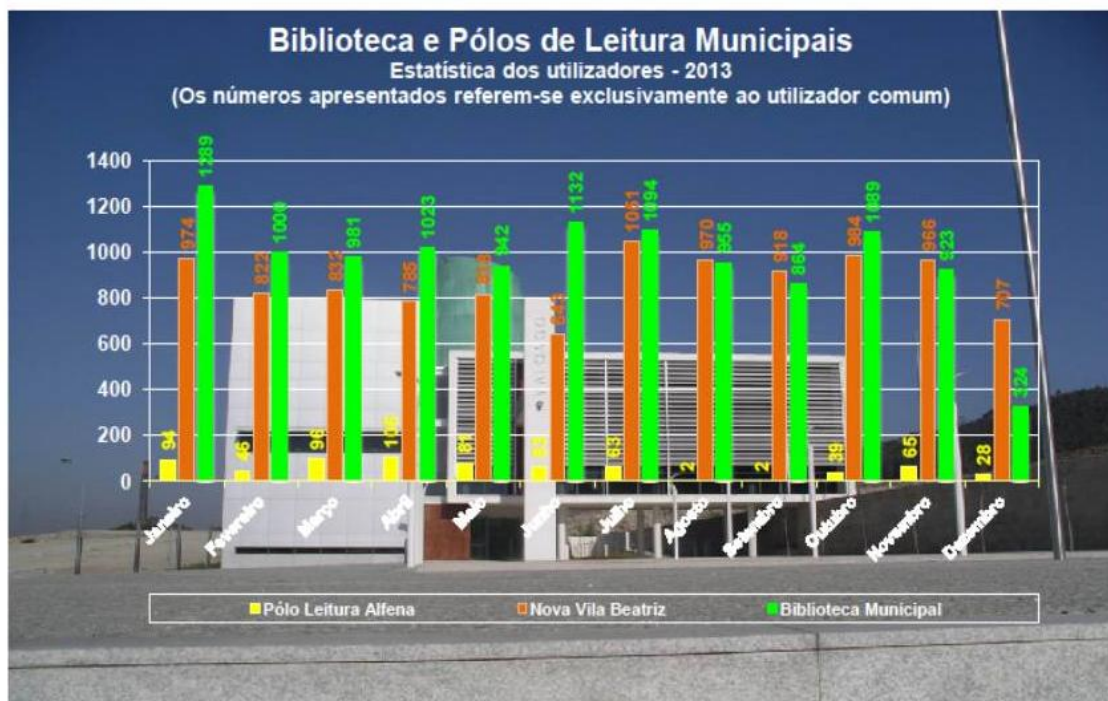
Na base do gráfico, encontram-se os utentes com as idades compreendidas entre os 0-6 anos, que efectuaram um total de 532 empréstimos e os leitores com mais de 66 anos, com um total de 504 empréstimos, de salientar ainda a baixa taxa dos leitores com as idades compreendidas entre os 17-20 anos, com apenas 2.282 empréstimos num período de quase dez anos.

**Gráfico 4 – Empréstimos por escalões etários**



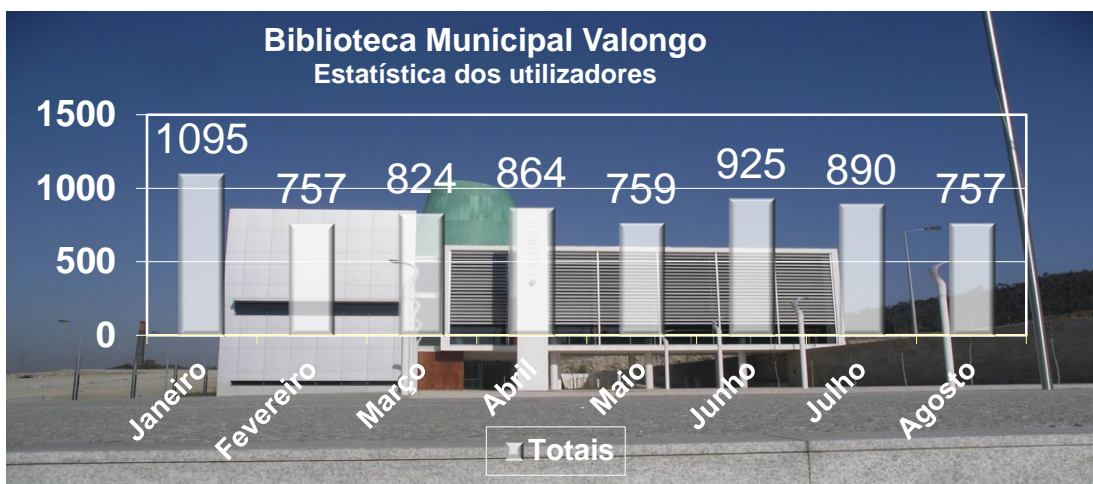
Durante o ano de 2013, frequentaram a Biblioteca Municipal de Valongo, um total de 11 616 utentes (Gráfico 5).

Gráfico 5: Estatística Utentes das Bibliotecas Municipais, de Janeiro a Dezembro (2013)



No ano de 2014, até ao mês de agosto, frequentaram um total de 6 871 (Gráfico 6), menos 1 545 utilizadores do que no ano de 2013, onde tinham frequentado um total de 8 416 utilizadores até ao mês de agosto.

Gráfico 6: Estatística dos Utentes da BM, de Janeiro a Agosto (2014)



### 3.4. Caracterização dos Imigrantes inscritos na BMV

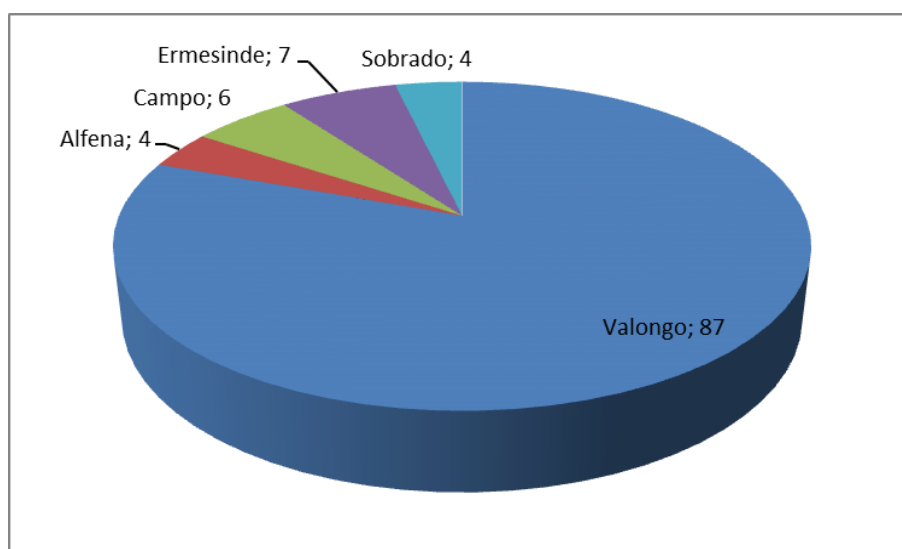
Relativamente à população estrangeira, inscrita na BMV, após uma pesquisa nas fichas de inscrição (Anexo 3), verifica-se que existem um total de 130 cidadãos estrangeiros inscritos (Tabela 5), sendo que 108 cidadãos residem no concelho de Valongo e os restantes 22 cidadãos residem fora do Concelho.

Tabela 5 – Imigrantes Inscritos na BMV, por área de residência

Concelho	Nº Imigrantes
Valongo	108
Gondomar	7
Paredes	6
Maia	2
Penafiel	1
V. N. Gaia	1
Sta. M. Feira	1
Aveiro	1
Portela/LRS	1
Tavira	1
s/local	1
Total	130

Dos 108 cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Valongo, inscritos na BMV, verifica-se que a maioria reside em Valongo (Gráfico 7), com um total de 87 cidadãos.

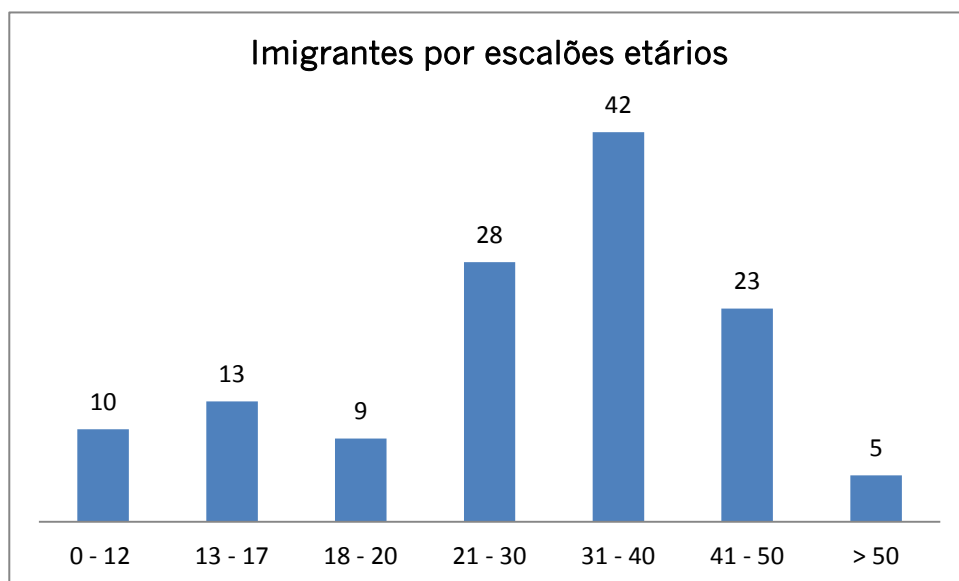
Gráfico 7 - Imigrantes Inscritos na BMV no concelho de Valongo





Os imigrantes com os escalões etários entre os 21 e os 40 anos, apresentam um total de 70 cidadãos estrangeiros inscritos na BMV, sendo que, a maior parte têm entre 31 a 40 anos de idade (Gráfico 8). De salientar ainda, as 26 crianças e jovens estrangeiras inscritas, com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos.

**Gráfico 8 – Imigrantes inscritos na BMV, por escalões etários**



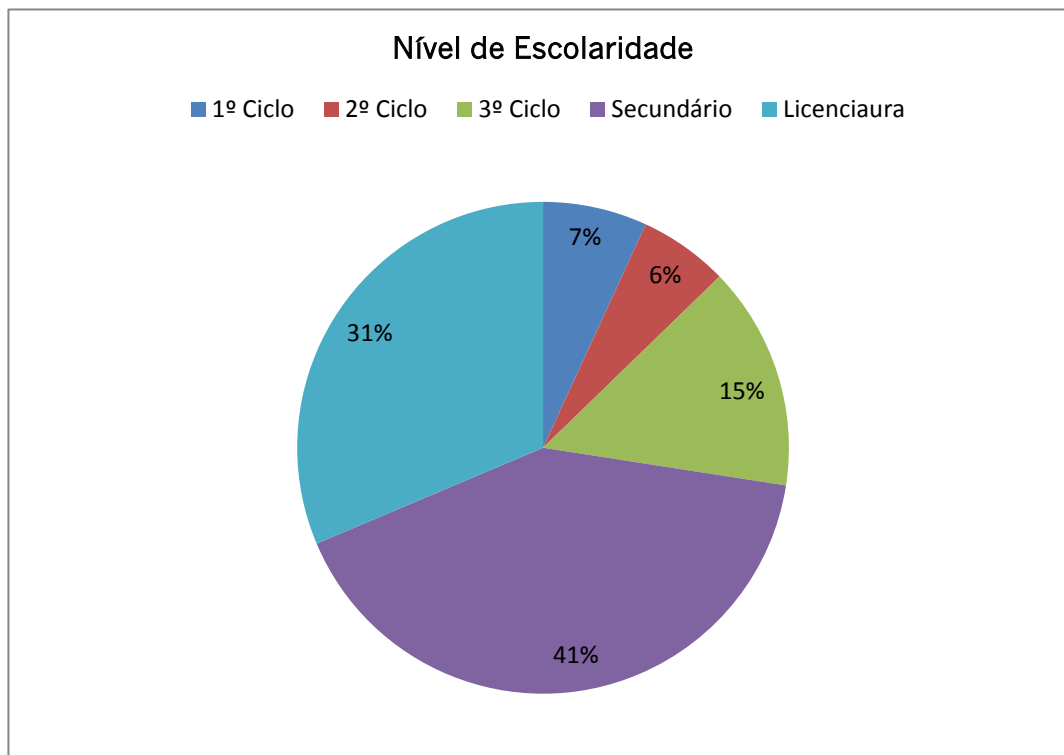
O sexo feminino, está mais representativo, como se pode verificar na Tabela, com um total de 80 mulheres cidadãs estrangeiras e apenas 50 homens cidadãos estrangeiros inscritos na BMV. Esta diferença acentua-se mais nos cidadãos com mais de 18 anos.

**Tabela 6 – Imigrantes inscritos na BMV, por sexo**

Idade	Sexo	
	Feminino	Masculino
0 – 12 anos	5	5
13 – 18 anos	10	7
>18 anos	65	38
Total	80	50

Quanto ao nível de ensino, verifica-se os cidadãos estrangeiros inscritos na BMV (Gráfico 9), podemos dizer que 41% apresentam predominantemente a Licenciatura, apenas 7% e que apenas 6% têm o 1º ciclo e o 2º Ciclo, sendo que estes são alunos do ensino básico nas escolas do concelho de Valongo.

**Gráfico 9 – Nível de Escolaridade dos Imigrantes inscritos na BMV**



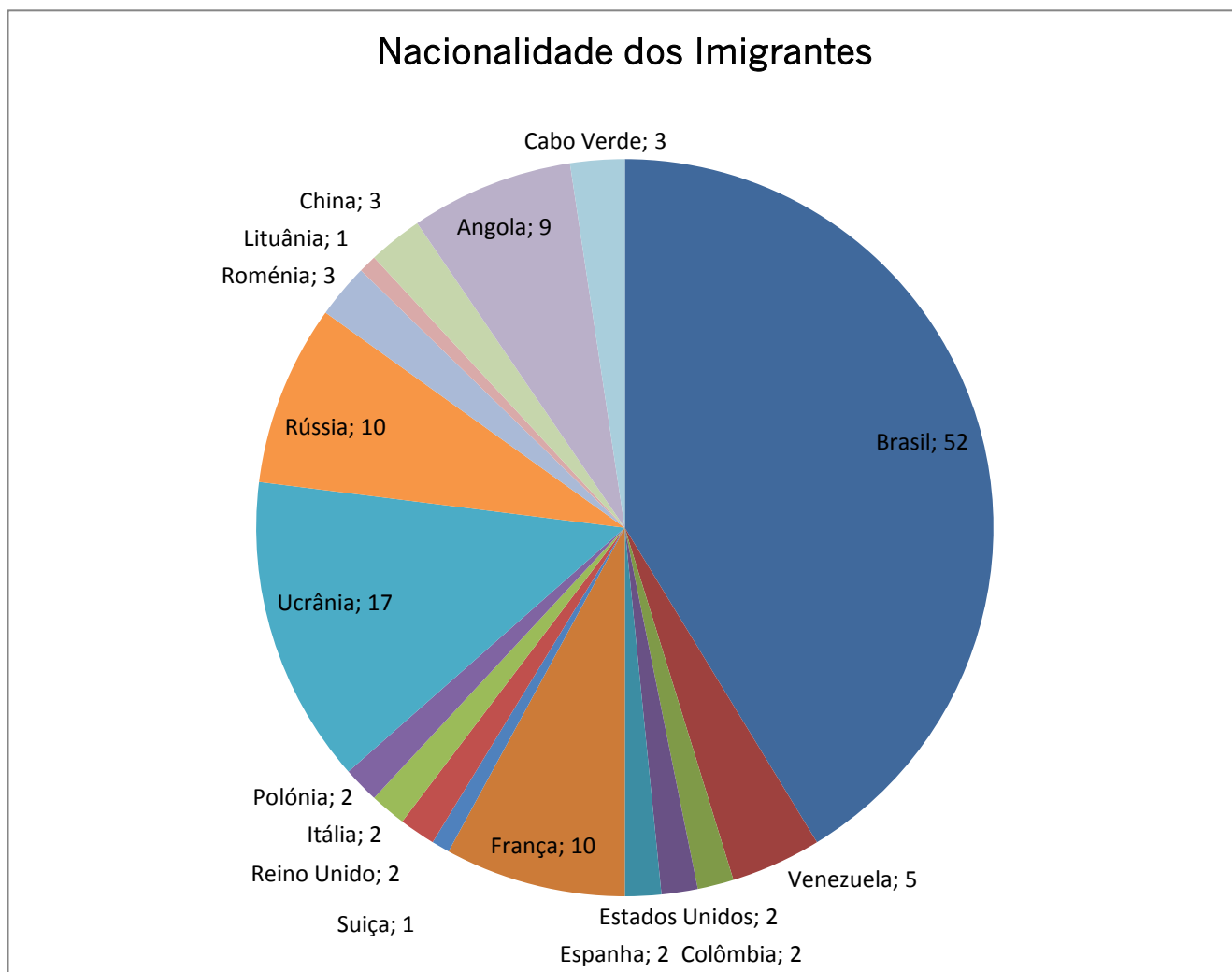
Na comparação entre mulheres e homens imigrantes inscritos na BMV, importa ressaltar que a maior parte, são estudantes 57%, 22% são trabalhadores por conta de outrem e logo a seguir 16% encontram-se desempregados e apenas 5% trabalham por conta própria. (Tabela 7)

**Tabela 7 - Situação na profissão dos imigrantes inscritos na BM**

Situação na Profissão	
Estudante	57%
Trabalhador por conta de Outrem	22%
Trabalhador por conta própria	5%
Desempregado	16%

Relativamente à população estrangeira inscrita na BMV, verifica-se também que a maior parte, são imigrantes de nacionalidade Brasileira, com 52 cidadãos (Gráfico 10), sendo que residem no distrito do Porto um total de 294 estrangeiros, seguindo-se os dos países de Leste, com um total de 31 cidadãos, 17 da Ucrânia (176), 10 Rússia (34), 3 Roménia (31) e 1 da Lituânia (8). De salientar os 5 cidadãos da Venezuela, residindo neste concelho 6 cidadãos desta nacionalidade. De salientar ainda, a existência de 3 cidadãos de nacionalidade Chinesa inscritos na BMV, sendo que residem neste concelho, um total de 44 cidadãos chineses.

Gráfico 10 – Nacionalidade estrangeira dos Imigrantes inscritos na BMV



### 3.5. Análise dos resultados a partir dos inquéritos

#### 3.5.1. Caracterização sócio-demográfica dos Inquiridos

Quando se olha o lado dos públicos, a preocupação típica é procurar entender a diversidade destes, cruzando as várias propriedades que os caracterizam, tais como o género, a idade, a instrução, a categoria socioprofissional, o meio de residência, ou a pertença étnica, e ventilando os consumos culturais segundo essas propriedades.

Assim numa primeira análise aos 68 inquiridos, dos 130 imigrantes inscritos na BMV, nota-se uma relevância de cidadãos de nacionalidade brasileira (Tabela 8), com um total de 19 cidadãos desta nacionalidade.

Tabela 8 – Nacionalidade dos inquiridos, segundo o Sexo

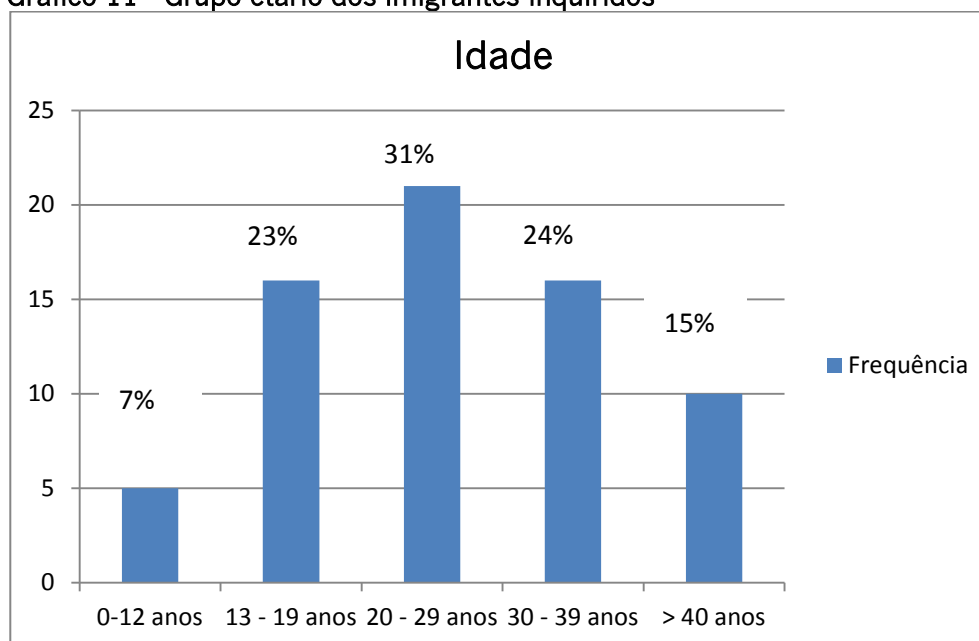
NACIONALIDADE		SEXO		Total
		Feminino	Masculino	
	Angola	2	2	4
	Brasil	12	7	19
	Cabo Verde	2	2	4
	China	1	2	3
	Colômbia	1	1	2
	E.U.A.	1	1	2
	Espanha	2	1	3
	França	3	2	5
	Itália	0	2	2
	México	1	0	1
	Polónia	1	1	2
	Reino Unido	1	1	2
	Roménia	2	0	2
	Rússia	4	2	6
	São Tomé e Príncipe	1	0	1
	Suíça	0	1	1
	Ucrânia	2	4	6
	Venezuela	2	1	3
Total		38	30	68

Os países de leste estão representados com um total de 14 cidadãos estrangeiros, sendo da Rússia (6), Ucrânia (6) e Roménia (2), seguidos pelos cidadãos dos PALOP, com um total de 9 cidadãos, da Angola (4), Cabo Verde (4) e São Tomé e Príncipe (1). De referir ainda os 5 cidadãos de nacionalidade francesa e 3 de nacionalidade chinesa.

As diferenças entre os sexos são notórias, sendo que 38 dos inquiridos são do sexo feminino e 30 do sexo masculino. De entre os grupos com maior número de inquiridos, a relação de mulheres por cada homem é superior, verificamos um total de 12 mulheres e apenas 7 homens de nacionalidade brasileira.

Em termos de idade, uma das principais características dos inquiridos imigrantes é o seu carácter jovem com elevada concentração nas idades activas (Gráfico 11). Efectivamente 31% têm idades compreendidas entre 20 e 29 anos, 24% até 19 anos e 39% mais de 30 anos.

**Gráfico 11 - Grupo etário dos imigrantes inquiridos**



A idade, género, instrução e profissão entrecem relações de interdependência, cuja omissão pode conduzir a interpretações erradas. Por isso de seguida analisemos a categoria socioprofissional dos inquiridos.

Considerando a inserção laboral como um dos pilares fundamentais para a boa integração dos imigrantes nos países de acolhimento, segue-se agora, uma análise da condição socioprofissional dos inquiridos, combinada com a idade.

Para além das coisas óbvias, que a maioria dos inquiridos são estudantes, um total de 40 cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo 19 cidadãos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, 10 com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, e 5 com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. (Tabela 9)

É também interessante analisar os 16 cidadãos estrangeiros, que se encontram a trabalhar por conta de outrem, sendo estes a maioria (16) com as idades compreendidas entre os 30 e 39 anos de idade.

**Tabela 9 – Idade dos Imigrantes, segundo a categoria socioprofissional**

Situação Profissional	Idade						Total
	6 - 12 Anos	13 - 17 Anos	18 - 25 Anos	26 - 29 Anos	30 - 39 Anos	> 40 Anos	
Estudante	5	10	19	2	3	1	40
Trabalhador por conta de outrem	0	0	0	4	11	1	16
Trabalhador por conta própria	0	0	0	0	1	3	4
Desempregado	0	0	0	2	1	5	8
Total	5	10	19	8	16	10	68

De salientar ainda os 8 imigrantes inquiridos que se encontram em situação de desemprego, sendo que 5 têm mais de 40 anos de idade. Como os 4 cidadãos que se encontram a trabalhar por conta própria.

Quando cruzamos a estrutura etária com a naturalidade dos inquiridos, é possível notar diferenças entre as diversas nacionalidades.

Os nascidos no Brasil têm uma presença muito acentuada nos escalões de idades mais activas (15 têm idades entre 13 e 39 anos), situações que também se observam são os naturais dos países da União Europeia, onde o maior número dos inquiridos tem entre 20 e 39 anos (Tabela 10), como por exemplos os 3 franceses, 3 espanhóis, 2 Italianos, entre outros.

Tabela 10 – Nacionalidade dos Imigrantes, segundo o grupo etário

Nacionalidade	Grupos etários					Total
	0-12 anos	13-19 anos	20-29anos	30-39 anos	>40 anos	
Angola	0	0	4	0	0	4
Brasil	1	5	5	5	3	19
Cabo Verde	0	0	3	0	1	4
China	2	0	0	0	1	3
Colômbia	0	2	0	0	0	2
E.U.A.	0	0	0	1	1	2
Espanha	0	0	3	0	0	3
França	1	1	0	3	0	5
Itália	0	0	1	1	0	2
México	0	0	0	1	0	1
Polónia	0	0	1	1	0	2
Reino Unido	1	0	1	0	0	2
Roménia	0	1	1	0	0	2
Rússia	0	2	0	2	2	6
S. Tomé Príncipe	0	0	1	0	0	1
Suíça	0	0	0	1	0	1
Ucrânia	0	4	0	1	1	6
Venezuela	0	1	0	0	2	3
Total	5	16	20	16	11	68

A comunidade chinesa está representada com dois cidadãos de idades entre os 0 e 12 anos e apenas 1 de mais de quarenta anos, demonstrando maior juventude. O mesmo já não acontece com a comunidade da Venezuela, onde 2 dos cidadãos inquiridos têm mais de 40 anos e 1 entre os 13 e 19 anos.

Quando analisamos a principal razão que levou os inquiridos a sair do seu país de origem, verifica-se que uma maior parte dos cidadãos estrangeiros (35), vieram para prosseguir os estudos (Tabela 11), entre eles estão os naturais dos países da União Europeia, o de S. Tomé e Príncipe, como 10 cidadãos brasileiros. Os dos países de Leste, verifica-se que na sua maioria vieram à

procura de melhores condições de vida, como também 8 cidadãos brasileiros. De referir ainda outras situações, como terem os pais ou família em Portugal.

**Tabela 11 – Razões porque saiu do país de origem, segundo a nacionalidade**

Nacionalidade	Razões que o levaram a sair do país de origem			Total
	Procura de melhores condições de vida	Prosseguimento dos estudos	Outra. Qual?	
Angola	0	4	0	4
Brasil	8	10	1	19
Cabo Verde	2	2	0	4
China	1	0	2	3
Colômbia	1	1	0	2
E.U.A.	0	0	2	2
Espanha	1	2	0	3
França	1	3	1	5
Itália	0	2	0	2
México	0	0	1	1
Polónia	0	1	1	2
Reino Unido	0	1	1	2
Roménia	1	1	0	2
Rússia	4	2	0	6
S. Tomé Príncipe	0	1	0	1
Suíça	0	0	1	1
Ucrânia	2	4	0	6
Venezuela	2	1	0	3
Total	23	35	10	68

Verifica-se uma equivalência entre os sexos, quanto ao nível de instrução dos imigrantes que frequentam a BM. Sendo que 6 dos inquiridos tem equivalência ao 9º ano, 4 do sexo feminino e 2 do masculino (Tabela 12). Já 11 cidadãos do sexo feminino e 11 do sexo masculino têm equivalência ao 12º ano de escolaridade, e 24 cidadãos, possuem Licenciatura, sendo 14 do sexo feminino e 10 do masculino.



De referir ainda a presença de um cidadão do sexo feminino de nacionalidade mexicana, com Mestrado e um cidadão do sexo masculino de Cabo Verde com Doutoramento.

Tabela 12 – Nível de instrução, segundo a nacionalidade e o sexo

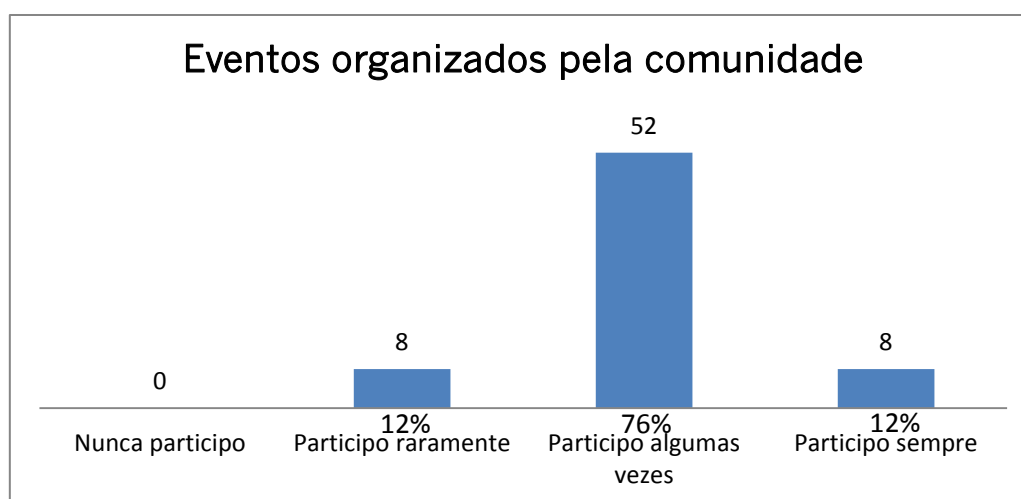
Nacionalidade		Nível de Instrução												Total
		Equivalência 9º		Equivalência 12º		Licenciat		Mestrad		Doutoram.		Outra Situação		
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
	Angola	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	4
	Brasil	3	2	4	3	3	1	0	0	0	0	2	1	19
	Cabo Verde	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	4
	China	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	3
	Colômbia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
	E.U.A.	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
	Espanha	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	França	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	5
	Itália	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
	México	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Polónia	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
	Reino Unido	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
	Roménia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
	Rússia	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	1	0	6
	S. Tomé Príncip	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Suíça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Ucrânia	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	2	1	6
	Venezuela	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	3
	Total	4	2	11	11	14	10	1	0	0	1	8	6	68

### 3.5.2. Análise das Práticas Culturais dos Inquiridos

Para identificar o que poderíamos chamar de públicos culturais potenciais, não basta ficar pela caracterização geral, em termos de nacionalidade, sexo, idade, situação profissional e nível de instrução, mas sim a sua integração na comunidade.

Quanto à participação dos imigrantes inquiridos nos eventos organizados pela comunidade, 76% participam algumas vezes (Gráfico 12), 12% participam sempre, os outros 12% participam raramente.

Gráfico 12 – Participação em eventos organizados pela comunidade



Como elemento complementar, é interessante fazer ainda referência à participação nestes eventos, segundo o sexo (Tabela 13). A primeira contestação é que o grupo feminino tem uma participação mais activa do que o grupo masculino.

Tabela 13 – Participação em eventos, segundo o sexo

Sexo	Costuma participar em eventos organizados pela comunidade				Total
	Nunca Participo	Participo raramente	Participo algumas vezes	Participo sempre	
Feminino	0	2	31	5	38
Masculino	0	6	21	3	30
Total	0	8	52	8	68

Os Museus e a Biblioteca reinam, portanto, sem rival, na participação das práticas culturais, dos 68 inquiridos, sendo que todos eles declaram que conhecem e frequentam estes espaços. A música surge logo depois, 54 inquiridos declaram que participam neste evento, como 40 vão ao cinema (Tabela 14). Os eventos, em que participam menos ou nunca participam são, Teatro, Dança, Desporto e Festas e Romarias.

De referir ainda, a participação dos cidadãos de nacionalidade brasileira em todos os eventos organizados pela comunidade, mas com maior número na música, no teatro, como no cinema, e da comunidade chinesa participa em alguns eventos, como por exemplo o teatro e no desporto.

**Tabela 14 – Participação em eventos, segundo a nacionalidade**

NACIONALIDADE	EVENTOS													
	Música		Teatro		Dança		Desporto		Festas e Romarias		Museus e Biblioteca		Cinema	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Angola	4	0	1	3	3	1	3	1	4	0	4	0	1	3
Brasil	18	1	11	8	9	10	8	11	8	11	19	0	12	7
Cabo Verde	3	1	0	4	3	1	0	4	2	2	4	0	3	1
China	0	3	3	0	0	3	2	1	0	3	3	0	0	3
Colômbia	2	0	2	0	2	0	2	0	0	2	2	0	2	0
E.U.A.	2	0	1	1	1	1	0	2	0	2	2	0	1	1
Espanha	3	0	2	1	1	2	1	2	1	2	3	0	1	2
França	4	1	2	3	3	2	3	2	2	3	5	0	3	2
Itália	2	0	0	2	1	1	3	1	0	2	2	0	2	0
México	0	1	0	1	1	0	3	0	0	1	1	0	1	0
Polónia	2	0	0	2	0	2	3	1	1	1	2	0	2	0
Reino Unido	1	1	0	2	0	2	3	1	0	2	2	0	2	0
Roménia	2	0	0	2	1	1	3	1	2	0	2	0	1	1
Rússia	3	3	2	4	3	3	3	5	2	4	6	0	2	4
S Tomé Príncipe	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1
Suíça	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0
Ucrânia	4	2	0	6	1	5	4	2	4	2	6	0	4	2
Venezuela	3	0	1	2	0	3	1	2	3	0	3	0	2	1
Total	54	14	25	43	30	38	31	37	30	38	68	0	40	28

À Biblioteca Municipal cabe o dever de promover serviços, para os seres humanos, exercer a sociabilidade de acordo com modelos de vida “inventados” culturalmente, considerados como formas mais dignos de viver, maneiras de desenvolver uma vida boa. Para cumprir as suas funções de forma satisfatória, presta toda a comunidade vários serviços, como o Empréstimo domiciliário de documentos, impressão de documentos, como várias actividades culturais.

**Tabela 15 – Serviços prestados pela BMV**

	SERVIÇOS BIBLIOTECA MUNICIPAL VALONGO						
	Serviço Empréstimo	Serviço Reprografia e/ou Impressão	Serviço de Internet	Pesquisa de Documentos	Leitura de Documentos	Estudar	Atividades Culturais
<b>SIM</b>	41	16	43	42	27	35	47
<b>NÃO</b>	27	52	25	26	41	33	21

Dos serviços prestados pela BMV, verifica-se que a maioria dos imigrantes inquiridos utiliza o serviço de internet com 43 cidadãos (Tabela 15), seguindo-se o serviço de empréstimo com 41 cidadãos, a pesquisa de documentos com 42 cidadãos, e para estudar 35 cidadãos.

**Tabela 16 – Serviços da BMV, segundo o nível de escolaridade**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SERVIÇOS BIBLIOTECA MUNICIPAL													
	Empréstimo		Reprografia e/ou Impressão		Internet		Pesquisa Documento		Leitura Documento		Estudar		Atividades Culturais	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Equivalência 9º ano	3	2	0	5	4	1	1	4	1	4	1	4	4	1
Equivalência 12º ano	16	8	9	15	16	8	18	6	12	12	15	9	18	6
Licenciatura	10	12	6	16	17	5	14	8	10	12	10	12	12	10
Mestrado	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1
Doutoramento	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Outra situação	11	4	1	13	5	9	8	6	3	11	7	7	11	3
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>51</b>	<b>43</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>46</b>	<b>21</b>

Quando se analisa a utilização dos serviços da BMV, segundo o nível de escolaridade (Tabela 16), verifica-se que os inquiridos com equivalência ao 9º ano vão mais para a Internet. Com equivalência ao 12º ano, fazem empréstimo domiciliário, vão para a Internet, como também fazem pesquisas de documentos ou para participar nas actividades culturais.

Segundo a nacionalidade, os cidadãos brasileiros e os ucranianos fazem mais o empréstimo e a Internet (Tabela 17). Os cidadãos russos fazem mais o empréstimo. Os de nacionalidade chinesa, apenas fazem o empréstimo de documentos e a mexicana para estudar e para a leitura.

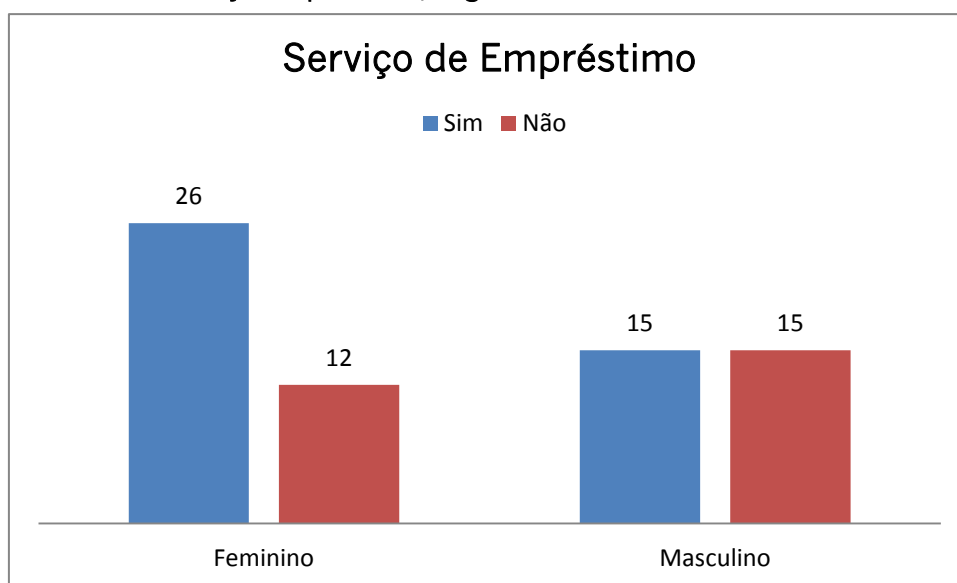
**Tabela 17 – Serviços da BMV, segundo a nacionalidade**

NACIONALIDADE	SERVIÇOS BIBLIOTECA MUNICIPAL													
	Serviço de Empréstimo		Serviço reprografia Impressão		Serviço Internet		Pesquisa de Documento		Leiturade Documento		Estudar		Atividades Culturais	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Angola	2	2	1	3	4	0	3	1	4	0	3	1	3	1
Brasil	11	8	5	14	14	5	10	9	9	10	10	9	13	6
Cabo Verde	4	0	0	4	3	1	3	1	2	2	1	3	3	1
China	3	0	0	3	0	3	0	3	0	3	0	3	3	0
Colômbia	0	2	1	1	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0
E.U.A.	0	2	1	1	2	0	2	0	1	1	0	2	1	1
Espanha	3	0	0	3	1	2	3	0	0	3	2	1	3	0
França	3	2	2	3	2	3	3	2	2	3	3	2	5	0
Itália	0	2	1	1	1	1	2	0	1	1	2	0	1	1
México	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1
Polónia	0	2	0	2	2	0	1	1	1	1	2	0	1	1
Reino Unido	1	1	0	2	0	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Roménia	1	1	1	1	2	0	2	0	1	1	2	0	1	1
Rússia	5	1	2	4	2	4	4	2	1	5	2	4	4	2
S. Tomé Príncipe	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1
Suíça	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	1
Ucrânia	4	2	0	6	3	3	3	3	0	6	2	4	3	3
Venezuela	3	0	2	1	3	0	3	0	1	2	1	2	3	0
Total	41	27	16	52	43	25	42	26	27	41	35	33	47	21

A Biblioteca Municipal tem a capacidade de facultar o acesso, a um rico e variado espólio de conhecimentos e realizações criativas que a maioria das pessoas não poderia adquirir por meios próprios.

O serviço de empréstimo é realizado mais pelo grupo de inquiridos do sexo feminino, sendo que das 38 cidadãs, 26 fazem o serviço de empréstimo, e apenas 12 não (Gráfico 13). Dos 30 cidadãos do sexo masculino verifica-se que 15 cidadãos fazem e outros 15 não.

**Gráfico 13 – Serviço Empréstimo, segundo o sexo**



O acesso a obras da imaginação e do saber é um factor importante na educação pessoal e nas actividades recreativas construtivas. Sendo que tanto o grupos do sexo feminino como do sexo masculino, requisitam mais obras de literatura (Tabela 18), com um total de 27 imigrantes inquiridos.

**Tabela 18 – Tipo de Empréstimo, segundo o sexo**

SEXO	TIPO EMPRÉSTIMO			Total
	Literatura	Outros Assuntos	Literatura e Assuntos	
Feminino	17	3	6	26
Masculino	10	2	3	15
Total	27	5	9	41

### 3.5.3. Frequência das Práticas Culturais dos inquiridos

Um olhar para a frequência das diversas práticas culturais dos grupos de imigrantes em análise permite efectuar tipologias que misturam componentes inerentes às características culturais estrito, às estruturas sociais-demográficas de cada grupo e, também, aos tempos de presença e níveis de abertura e contacto face à sociedade de acolhimento.

Antes de proceder à análise das Tabelas 19 e 20, convém relatar que este contém práticas culturais caracterizadas por níveis gerais de frequência/utilização/consumo muito distintos, que vão desde práticas diárias como o estudar na biblioteca ou pesquisa de documentos, até procedimentos potencialmente menos frequentes, como o consumo de actividades culturais, por exemplo os Sábados Fantásticos, realiza-se uma vez por mês, o Encontro com Escritores é trimensal e as Exposições estão ao público diariamente.

Devido a esta situação, optou-se por uma análise comparativa do comportamento dos diversos grupos de imigrantes inquiridos nos vários itens das Tabelas 19 e 20.

Tendo isto em atenção, e tomando como ponto de partida a informação expressa na Tabela 19 podemos verificar que os cidadãos chineses são menos frequentes, apenas se deslocam à Biblioteca de vez em quando, para o serviço de Empréstimo (15 em 15 dias) e às actividades culturais, Sábados Fantásticos ou a Hora do Conto. Dos 19 cidadãos de nacionalidade brasileira inquiridos, 7 são frequentes no serviço de empréstimo e 5 na Internet, já 5 fazem de vez em quando o empréstimo, 8 vão para a Internet e 10 vão de vez em quando estudar para a Biblioteca. Os Italianos, Franceses e a cidadã mexicana já se deslocam sempre à biblioteca para Estudar.

De salientar ainda a frequência assídua dos cidadãos dos Países de Leste, que em maioria (8) se deslocam sempre à biblioteca para o serviço de empréstimo, enquanto os restantes se deslocam sempre para o serviço de Internet.

Tabela 19 – Frequência dos Serviços, segundo a nacionalidade dos inquiridos

SERVIÇOS		NACIONALIDADE																	Total	
		Angola	Brasil	Cabo Verde	China	Colômbia	E.U.A.	Espanha	França	Itália	México	Polónia	Unido	Roménia	Rússia	S. Tomé Pri	Suíça	Ucrânia		Venezuela
Empréstimo	Sempre	1	7	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	0	4	0	0	4	1	23
	De vez em quando	1	5	1	3	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	16
	Raramente	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
	Nunca	2	7	0	0	2	2	0	2	2	1	2	1	1	1	0	1	2	0	26
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Reprografia e/ou impressão	Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	De vez em quando	1	2	1	0	1	1	2	2	1	1	0	0	1	2	0	0	0	2	17
	Raramente	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	Nunca	3	13	3	3	1	1	1	3	1	0	2	2	1	4	1	1	6	1	47
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Internet	Sempre	3	5	2	0	2	2	1	1	1	1	1	0	2	2	0	1	2	2	28
	De vez em quando	1	8	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	15
	Raramente	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
	Nunca	0	5	2	3	0	0	2	2	1	0	0	2	0	3	0	0	3	0	23
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Pesquisa Documentos	Sempre	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	De vez em quando	4	10	4	0	2	2	1	2	2	0	2	1	2	4	0	0	3	3	42
	Raramente	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Nunca	0	7	0	3	0	0	0	3	0	1	0	1	0	2	1	1	3	0	22
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Leitura Presencial	Sempre	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	De vez em quando	3	10	1	0	2	1	1	2	1	0	1	2	1	2	1	0	0	0	28
	Raramente	1	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
	Nunca	0	7	2	3	0	1	0	3	1	1	1	0	1	4	0	1	6	2	33
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Estudar	Sempre	3	6	1	0	1	0	2	3	2	1	1	1	2	0	0	0	1	0	24
	De vez em quando	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	10
	Raramente	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Nunca	1	8	2	3	0	2	1	2	0	0	1	1	0	4	0	1	4	2	32
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68



SERVIÇOS (Atividades Culturais)		NACIONALIDADE																	Total	
		Angola	Brasil	Cabo Verde	China	Colômbia	E.U.A.	Espanha	França	Itália	México	Polónia	Unido	Roménia	Rússia	S. Tomé Pri	Suíça	Ucrânia		Venezuela
Encontro com Escritores	Sempre	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	De vez em quando	2	6	1	0	1	1	3	2	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	20
	Raramente	1	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	9
	Nunca	1	10	1	3	1	1	0	2	1	1	1	2	1	4	1	1	6	1	38
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Café com Letras	Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	De vez em quando	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nunca	4	19	3	3	2	2	1	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	65
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Datas Comemorativas	Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	De vez em quando	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
	Raramente	0	3	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
	Nunca	4	16	4	3	0	2	3	4	1	1	2	2	2	6	1	1	5	2	59
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Sábados Fantásticos	Sempre	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
	De vez em quando	0	2	0	3	2	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	1	0	12
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	Nunca	4	16	4	0	0	2	3	4	2	1	2	1	2	4	1	1	4	1	52
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Hora do Conto	Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	De vez em quando	0	3	0	3	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	13
	Raramente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nunca	4	16	4	0	1	2	3	4	2	1	2	2	1	6	1	1	3	2	55
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68
Exposições	Sempre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	De vez em quando	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Raramente	3	10	4	1	2	2	0	4	0	0	1	1	1	5	0	0	5	3	42
	Nunca	0	8	0	2	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	20
	Total	4	19	4	3	2	2	3	5	2	1	2	2	2	6	1	1	6	3	68

De referir a assiduidade cidadãos da Espanha (3), Angola (2), Brasil (6), que frequentam às vezes Encontros com Escritores ou o Café com Letras (Tabela 19), já 1 dos inquiridos de Cabo Verde frequenta sempre o Encontro com Escritores.

Verificamos ainda que, a maioria dos cidadãos inquiridos responderam que raramente vistam as Exposições patentes ao longo do ano na Biblioteca (Tabela 19). Nas actividades como os Sábados Fantásticos e a Hora do Conto, os cidadãos de nacionalidade Brasileira, chinesa e dos Países de Leste (Ucrânia, Rússia e Roménia), responderam que frequentam de vez em quando.

Os adultos-jovens e os jovens (13 - 39 anos), que constituem a maioria dos imigrantes inquiridos, tendem a realizar sempre o serviço de empréstimo quando se deslocam à biblioteca (Tabela 20) e revelam um maior consumo das práticas culturais oferecidas para BMV. Entre os adultos-jovens e adultos (19 – 39 anos), as suas práticas são mais a Internet, Estudar na Biblioteca ou Pesquisa em Documentos.

No que respeita aos inquiridos mais jovens (dos 0-19 anos), verifica-se que estes frequentam de vez em quando as actividades como a Hora do Conto e os Sábados Fantásticos (Tabela 20), como também 9 dos inquiridos frequentam sempre a Biblioteca para o Serviço de Empréstimo, 6 vão para a Internet, 5 vão estudar, e 13 dos inquiridos vão de vez em quando pesquisar documentos.

Dos imigrantes inquiridos com mais de 40 anos (Tabela 20), verifica-se que, 2 deslocam-se sempre à biblioteca para o Serviço de Empréstimo, 7 vão para a Internet e 1 frequenta sempre o Encontro com os Escritores.

A liberdade e a autonomia devem ser exercícios todos os dias em qualquer actividade. Neste sentido o individualismo liberal está por descobrir na prática, dentro de uma pedagogia da diversidade que possibilite ao sujeito ser e manifestar-se como alguém original que tem desejos e projectos a cumprir. Regra esta que deve ser considerada na manifestação de opiniões, na aquisição de serviços, na escolha de conteúdos de aprendizagem, nas relações interpessoais, etc.

Para finalizar, deixo a observação registada no inquérito pela cidadã de São Tomé e Príncipe:

“Aprecio a localização e o ambiente em geral. Gostaria que na área de Markting houvesse mais materiais-didácticos (livros) recentes. Obrigada!”

Tabela 20 – Frequência dos Serviços, segundo o grupo etário dos inquiridos

SERVIÇOS	FREQUÊNCIA					Total
	Sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca	N/R	
Empréstimo						
0-12 anos	2	3	0	0	0	5
13-19 anos	7	3	1	5	0	16
20-29 anos	6	7	1	6	0	20
30-39 anos	6	0	0	10	0	16
>40 anos	2	3	1	5	0	11
Total	23	16	3	26	0	68
Reprografia e/ou Impressão						
Total	0	17	4	47	0	68
Internet						
0-12 anos	0	0	0	5	0	5
13-19 anos	6	4	1	5	0	16
20-29 anos	9	5	1	5	0	20
30-39 anos	6	5	0	5	0	16
>40 anos	7	1	0	3	0	11
Total	28	15	2	23	0	68
Pesquisa Documentos						
0-12 anos	0	0	0	5	0	5
13-19 anos	0	13	2	1	0	16
20-29 anos	2	16	0	2	0	20
30-39 anos	0	8	0	7	1	16
>40 anos	0	5	0	6	0	11
Total	2	42	2	21	1	68
Leitura Documentos						
Total	1	28	6	32	1	68
Estudar						
0-12 anos	0	0	0	5	0	5
13-19 anos	5	5	2	4	0	16
20-29 anos	11	4	0	5	0	20
30-39 anos	7	0	0	9	0	16
>40 anos	1	1	0	9	0	11
Total	24	10	2	32	0	68

SERVIÇOS	FREQUÊNCIA					Total
	Sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca	N/R	
Encontro com Escritores						
0-12 anos	0	0	0	5	0	5
13-19 anos	0	1	1	14	0	16
20-29 anos	0	9	4	7	0	20
30-39 anos	0	8	1	7	0	16
>40 anos	1	2	3	5	0	11
Total	1	20	9	38	0	68
Café com Letras						
Total	0	3	0	65	0	68
Datas comemorativas						
Total	0	2	7	59	0	68
Exposições						
0-12 anos	0	0	1	4		5
13-19 anos	0	0	12	4		16
20-29 anos	0	4	13	3		20
30-39 anos	0	1	8	7		16
>40 anos	0	1	8	2		11
Total	0	6	42	20		68
Sábados Fantásticos						
0-12 anos	1	4	0	0	0	5
13-19 anos	1	5	1	9	0	16
20-29 anos	0	0	0	20	0	20
30-39 anos	0	1	0	15	0	16
>40 anos	0	2	1	8	0	11
Total	2	12	2	52	0	68
Hora do Conto						
0-12 anos	0	5	0	0	0	5
13-19 anos	0	6	0	10	0	16
20-29 anos	0	0	0	20	0	20
30-39 anos	0	0	0	16	0	16
>40 anos	0	2	0	9	0	11
Total	0	13	0	55	0	68

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade em que se insere, a Biblioteca Pública deve ser um agente essencial na recolha, preservação e promoção da cultura local em toda a sua diversidade.

“Todos os cidadãos têm direito à cultura e à informação e ao estado compete assegurar o exercício desses direitos. O livro e a leitura permanecem como instrumento privilegiado de acesso e democratização da cultura e, por consequência, também as Bibliotecas destinadas a servir o público em geral, concebidas para dar resposta às suas necessidades em termos de informação, auto-formação e ocupação dos tempos livres”. (Ministério da Educação e Cultura, Decreto-Lei nº 111/87 de 11 de Março)

O contributo da Biblioteca deve reflectir a diversidade cultural representada na comunidade, a Biblioteca deve providenciar materiais nas línguas faladas e lidas na comunidade local.

Para Bauman (2000:92) a “comunidade” é, nos nossos dias, a última relíquia das utopias dos velhos tempos do conceito de boa sociedade”.

O problema principal que nos coloca o multiculturalismo é o da ambiguidade e elasticidade do conceito de cultura. Não se trata da cultura do ser cultos, nem do conjunto de contributos da humanidade. Geralmente, incide na diversidade a partir de traços culturais parciais (língua, religião, etnia, raça, sexualidade, tradição, etc.) ou por motivos de desigualdades entre culturas.

É óbvio que há culturas diferentes e também opções, visões e discursos diferentes no seio de cada uma delas. A diversidade deve ser reconhecida em e entre culturas.

O sistema educativo, através da violência simbólica – como a denominam Bourdieu e Passeron – e das variadas formas de controlo, deve procurar atingir a coerência, a sobrevivência e o respeito pela cultura.

Efectivamente, se os imigrantes representam uma diversificação, que frequentemente se traduz num dinamismo, das práticas culturais dos locais em que se instalam, o processo de contacto entre estes e as populações autóctones, a participação em eventos organizados pela comunidade, é muito importante.

Um dos princípios fundamentais da Biblioteca Pública é o de os seus serviços serem acessíveis a todos e não apenas a um determinado grupo da comunidade, implicando a exclusão social.

A oferta do acesso às principais colecções de literatura e outros assuntos, tem sido um dos contributos inestimáveis prestados pela biblioteca municipal e continua a ser uma das suas funções de importância vital.

As Bibliotecas devem reconhecer e explorar as tecnologias da informação e das comunicações. Podem assim transformar-se nos portais electrónicos para o mundo da informação.

As Bibliotecas são instrumentos para a igualdade de oportunidades e devem constituir uma rede de segurança contra o risco (que alguns sectores da sociedade de alienação e exclusão social) dos avanços tecnológicos, transformando-se na porta electrónica de acesso à informação, para toda a comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, etc.

Na BMV existem diversas obras de literatura de autores portugueses e estrangeiros, como obras de outros assuntos mundiais, sendo que encontramos apenas um número reduzido de obras em língua inglesa, francesa, espanhola e alemã.

Ao desempenhar o seu papel nestas áreas-chave, a Biblioteca Municipal de Valongo funciona como motor de desenvolvimento social e pessoal de toda a comunidade, sendo simultaneamente um agente positivo de mudança na comunidade.

A partir dos elementos recolhidos no inquérito aplicado, foi possível obter informação relevante acerca do modo como os imigrantes da BMV se posicionam relativamente ao processo de integração na comunidade e à sua participação nas práticas culturais dinamizadas pela BMV.

Os imigrantes são um contributo para a diversidade cultural do país e das suas regiões.

A Biblioteca Municipal de Valongo... um lugar de cultura! Disponibiliza livremente, a todos os que a solicitam, os registos da experiência humana sob a forma de livros e afins, promovendo e preservando assim o livre fluxo de informação e ideias, complementando-o com várias actividades culturais pensadas para uma comunidade em desenvolvimento e mudança.